

VOZES DO CAMPO:

VOLUME 3

*Histórias de Agricultores
Familiares e Educação*

Liziany Müller

Carmen Rejane Flores

Ivanio Folmer

Luciane de Andrade Lemos

Marcelo Ramos Militz

Mateus Gonçalves Silva



ARCO
EDITORES

VOZES DO CAMPO:

VOLUME 3

*Histórias de Agricultores
Familiares e Educação*

Liziany Müller

Carmen Rejane Flores

Ivanio Folmer

Luciane de Andrade Lemos

Marcelo Ramos Militz

Mateus Gonçalves Silva



ARCO
EDITORES

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - UNIDAVI
Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - IFFAR
Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - UFRR
Prof. Dr. Allan Diêgo Rodrigues Figueiredo - UESPI
Profa. Dra. Andréia Bulaty -UNESPAR
Profa. Dra. Carla da Conceição de Lima - UFVJM
Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - UNISC
Profa. Dra. Clarice Caldeira Leite - UFRGS
Profa. Dra. Cecilia Decarli - UFRGS
Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - UNICID
Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - UFCE
Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - UFMA
Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - UEL
Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio -UFRGS
Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - FASESP
Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - UERN
Profa. Dra. Elen Gomes Pereira - IFBA
Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - UFN
Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - IFCE
Prof. Dr. Francisco Ricardo Miranda Pinto - UFCAT
Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - UCB
Prof. Dr. Ismar Inácio dos Santos Filho - UFAL
Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch -UFSM
Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - UFSM
Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - UFRB
Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - UFSM
Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - UFMS
Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - UNICENTRO
Prof. Nilton David Vilchez Galarza - UPLA
Prof. Dr. Olavo Barreto de Souza - UEPB
Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - UFABC
Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo - UNISANTOS
Prof. Dr. Rodrigo Toledo - USCS
Prof. Dr. Rodolfo Rodrigues de Souza - UERJ
Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - UFSM
Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - UFOB
Prof. Dr Tomás Raúl Gómez Hernández - UCLV

Editor Chefe: Ivanio Folmer

Projeto gráfico e Diagramação: Gabriel Eldereti Machado

Capa: André Filipe de Lima e Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) **(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vozes do campo [livro eletrônico] : histórias de agricultores familiares e educação : volume 3 / organização Liziany Müller ... [et al.] ; ilustração Mateus Gonçalves Silva. -- 1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2025.
ePub

Outros organizadores: Liziany Müller, Carmen Rejane Flores, Ivanio Folmer, Luciane de Andrades Lemos, Marcelo Ramos Militz

Bibliografia

ISBN 978-65-5417-571-5

1. Agroecologia 2. Educação – Finalidades e objetivos 3. Educação no campo 4. Inovações educacionais 5. Pesquisa – Estudo e ensino 6. Professores – Formação I. Müller, Liziany. II. Müller, Liziany. III. Flores, Carmen Rejane. IV. Folmer, Ivanio. V. Lemos, Luciane de Andrades. VI. Militz, Marcelo Ramos. VII. Silva, Mateus Gonçalves.

25-311731.0

CDD-370.91

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação do campo : Formação de professores 370.91



10.48209/978-65-5417-571-5

Esta obra foi construída de forma coletiva, reunindo diferentes vozes, experiências e perspectivas. As opiniões expressas nos capítulos são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores e não representam, necessariamente, a posição desta editora. Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



APRESENTAÇÃO

O terceiro volume do livro “*Vozes do Campo: Histórias de Agricultores Familiares e Educação*” floresce como um novo ciclo de aprendizagens, experiências e reflexões construídas no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Modalidade EaD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Esta coletânea reúne narrativas formativas que brotam do chão fértil das escolas, das comunidades e das vivências de estudantes que se reconhecem como educadores em formação, enraizados em seus territórios e comprometidos com uma educação transformadora. O livro nasce da confluência entre duas disciplinas essenciais do curso “*Educação e Interculturalidade*” e “*Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção*” que, em diálogo, tecem um tecido educativo denso e vivo, no qual convivem a pluralidade das culturas e a sabedoria da terra.

A disciplina “**Educação e Interculturalidade**” abriu caminhos para que os estudantes pudessem olhar para a escola como um espaço de convivência entre mundos, tempos e vozes. A análise dos Projetos Político Pedagógicos e as entrevistas com equipes diretivas e pedagógicas revelaram uma escola que pulsa entre desafios e esperanças, onde o respeito à diferença e o reconhecimento da diversidade cultural se tornam atos pedagógicos e políticos. Os trabalhos aqui reunidos evidenciam que a interculturalidade é mais do que uma abordagem teórica: ela é uma prática cotidiana de diálogo, escuta e sensibilidade diante do outro. É a capacidade de enxergar o diferente de compreender que a educação é, antes de tudo, um encontro, um gesto de abertura, uma travessia que exige humildade, curiosidade e coragem. Os capítulos demonstram que, nas escolas do campo, essa travessia se faz em meio às contradições e às belezas da vida rural, onde culturas, saberes e identidades se entrelaçam e se reinventam.

Na disciplina “**Transição nos Sistemas Agroecológicos de Produção**”, os estudantes foram convidados a observar, nas escolas de educação básica, como a agroecologia pode se tornar uma experiência educativa e um modo de existir no mundo. As entrevistas, visitas e estudos de caso realizados revela-

ram escolas que cultivam hortas, produzem compostagem, semeiam árvores e colhem aprendizagens. São práticas simples, mas profundamente significativas, porque reaproximam a escola da natureza e devolvem aos alunos a possibilidade de aprender com a vida. A agroecologia, mais do que um conteúdo curricular, emerge como uma pedagogia da terra, uma forma de ensinar pelo cuidado, pela reciprocidade e pela observação dos ciclos naturais. É também uma pedagogia da esperança, pois ensina que toda semente plantada, quando cuidada com amor e paciência, é promessa de futuro. As experiências relatadas demonstram que a sustentabilidade não se aprende apenas nos livros, mas na convivência, no fazer coletivo, no diálogo com a terra e com as pessoas.

Este volume revela o que há de mais bonito e potente na Educação do Campo: o encontro entre a pedagogia da terra e a pedagogia do encontro. Ambas se entrelaçam nas vozes dos estudantes-autores, que transformam suas vivências em reflexão e sua prática em palavra. Os textos reunidos mostram que a escola pode ser território de partilha, de construção de sentidos e de fortalecimento da comunidade. Quando a interculturalidade encontra a agroecologia, a escola deixa de ser apenas um lugar físico e passa a ser um organismo vivo, um espaço de relações, pertencimentos e esperanças.

Este livro também é fruto da **caminhada coletiva do Grupo de Pesquisa GIRASSOL – Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais**. O GIRASSOL é mais do que um grupo acadêmico: é um espaço de enraizamento e florescimento. Reúne pessoas que acreditam na educação como ato de resistência e de amor, e que cultivam, no cotidiano universitário, uma postura de diálogo entre ciência e sabedoria popular. Suas ações têm inspirado projetos de formação, seminários, publicações e redes de cooperação entre polos UAB e comunidades rurais, consolidando um modo de fazer universidade que se orienta pelo cuidado, pela cooperação e pela solidariedade.

Cada texto deste volume é uma semente lançada no chão da educação. As páginas que seguem registram vozes que não apenas descrevem experiências, mas as transformam em gestos de esperança e compromisso. Aqui, o campo aparece não como espaço distante, mas como lugar de vida e de futuro. A terra, o território, a escola e a comunidade se encontram em uma mesma trama de

saberes e afetos, revelando que o verdadeiro aprendizado é aquele que nasce da convivência e da escuta.

O “*Vozes do Campo – Volume 3*” é, portanto, um convite à reflexão e à ação. Ele nos lembra que educar é um ato profundamente humano e coletivo – uma prática que exige cuidado com a terra, respeito pela diferença e compromisso com a transformação social. Que este livro inspire professores, estudantes e comunidades a continuar cultivando os princípios da agroecologia e da interculturalidade como caminhos para uma educação que floresce com sentido, beleza e esperança.

Com estima e gratidão,

Liziany Müller – Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Carmen Rejane Flores – Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Ivanio Folmer – Curso de Licenciatura em Educação do Campo

Luciane de Andrade Lemos – Grupo de Pesquisa GIRASSOL

Marcelo Ramos Militz – Grupo de Pesquisa GIRASSOL

Mateus Gonçalves Silva – Curso de Licenciatura em Educação do Campo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ILDO MENEGHETTI: SABERES, IDENTIDADES E DIÁLOGO COMUNITÁRIO.....15

Catiane Variani

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-0

CAPÍTULO 2

DIVERSIDADE CULTURAL E PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA ESCOLA FREI CANECA – GUAPORÉ (RS): CAMINHOS DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA.....18

Gisele Lazzari

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-1

CAPÍTULO 3

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NA ESCOLA CORONEL JOÃO ANASTÁCIO DE QUEIROZ EM MARABÁ (PA).....21

Cristiane Scheidegger Laia Maia

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-2

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA AUGUSTO RUSCHI: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E HUMANIZADORA.....24

Douglas Stopp; Elisandra Fraga Pinheiro; Eloiza Bidel

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-3

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA ESCOLA ALFREDO LENHARDT: CAMINHOS DE INCLUSÃO E DIÁLOGO CULTURAL.....27

Lisiane Michael

doi: 10.48209/978-65-5417-570-4

CAPÍTULO 6

INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO EDUCATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL BARBOSA RODRIGUES: UM CAMINHO DE DIÁLOGO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE.....30

Andrieli Nascimento Sodré
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-6

CAPÍTULO 7

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MENNA BARRETO: CAMINHOS DE INCLUSÃO E DIÁLOGO EM SÃO GABRIEL (RS).....33

Fernanda Xavier Vieira; Carmen Silvia Rodrigues Moraes
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-7

CAPÍTULO 8

A ESCOLA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO DE SÃO GABRIEL (RS): TERRITÓRIO DE DIÁLOGO, DIVERSIDADE E APRENDIZAGEM.....36

Arthur Phillyp de Lima Brito
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-8

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO: INTERCULTURALIDADE E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA PROFESSOR SUENI GOULART DOS SANTOS, SÃO GABRIEL (RS).....39

Ana Paula de Souza Vivian; Dinarte Teixeira Júnior; Dirlene Isabel P. de Oliveira; Juliana dos Santos Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-9

CAPÍTULO 10

CULTURA, EDUCAÇÃO E ESPERANÇA: O CAMINHO INTERCULTURAL DA ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA).....42

Nayana Dias Pajeú
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-A

CAPÍTULO 11

ENTRE DESAFIOS E ESPERANÇAS: INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL OLIVEIRO THADDEU, EM ROSÁRIO DO SUL (RS).....45

Maria Cecília Parodes de Ávila

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-B

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO PONTA DE UBÁ: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E O PERTENCIMENTO EM PARANAGUÁ (PR).....48

Liane da Silva Sagaz

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-C

CAPÍTULO 13

SABER, TRABALHO E CIDADANIA: A FORMAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CANGUÇU.....51

Cristiane Conrad de Souza; James Barbosa Pureza; Kelin Vitória Cavalheiro Fonseca

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-D

CAPÍTULO 14

EDUCAR COM AFETO: A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA ACOLHEDORA EM MORRO REDONDO/RS.....54

Franc Islabão Duarte

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-E

CAPÍTULO 15

EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADANIA: A TRAJETÓRIA FORMATIVA DA ESCOLA ESTADUAL FELICIANO BARCELLOS NUNES (RS).....57

Erasmo Bonotto Pinheiro Crespo; Itatiara Bergmann Medeiros; Luana Rickes Prestes; Reginalda Bergmann Medeiros

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-F

CAPÍTULO 16

EDUCAÇÃO E COMUNIDADE: O PERTENCIMENTO CULTURAL NA ESCOLA IRMÃ MARIA FIRMINA SIMON (RS).....60

Alice Volz Bohm; Daiana Schmidt Peter

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-G

CAPÍTULO 17

TERRITÓRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLA ALBINO FANTIN NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM HORIZONTINA.....63

Daiane S. Valdameri; Renée Cajuste; Rosangela Bastos e Sirlei Magali Roglin

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-H

CAPÍTULO 18

CULTURA E IDENTIDADE EM DIÁLOGO: A ESCOLA ESTADUAL PEDRO MEINERZ - SANTA ROSA/RS.....66

Rosângela Marisa de Bastos

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-I

CAPÍTULO 19

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO COLÉGIO ESTADUAL CRISTÓVÃO PEREIRA: UM CAMINHO PARA A INTERCULTURALIDADE EM SANTIAGO (RS).....69

Ana Paula Bolsan Sagrilo; Edimara Silva da Luz; Vera Lúcia Chaves Rosa

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-J

CAPÍTULO 20

ONDE O SABER FLORESCE: A ESCOLA TITO BECCON E A EDUCAÇÃO COMO ENCONTRO NO CAMPO EM SANTIAGO/RS.....72

Jean Marco Vargas Lopes

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-K

CAPÍTULO 21

ENTRE O FECHAMENTO E A RESISTÊNCIA: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SÃO GABRIEL/RS.....75

Dinarte Teixeira Júnior; Ana Paula de Souza Vivian; Dirlene Isabel Pedroso de Oliveira; Juliana dos Santos Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-L

CAPÍTULO 22

ENTRE O SILENCIO E A MEMÓRIA: O LEGADO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO DISTRITO DE BOCA DO MONTE, EM SANTA MARIA/RS.....78

Elisandra Fraga Pinheiro; Douglas Maxx Stopp; Eloiza Bidel

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-M

CAPÍTULO 23

EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS DE TRANSIÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO.....81

Douglas Stopp; Elisandra Fraga Pinheiro; Eloiza Bidel

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-N

CAPÍTULO 24

RAÍZES QUE EDUCAM: A FORÇA DA AGROECOLOGIA E DA SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS DE CASCA E SERAFINA CORRÊA (RS).....83

Catiane Variani; Carlos Pereira Neves; Gisele Lazzari

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-O

CAPÍTULO 25

APRENDIZAGEM E SUSTENTABILIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AGROECOLÓGICAS NA ESCOLA MURIALDO, EM GRAVATAÍ (RS)

.....86

Andrieli Sodré de Souza

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-P

CAPÍTULO 26

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO BÁSICA: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSFORMADORA.....89

Renée Cajuste; Sirlei Magali Roglin

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-Q

CAPÍTULO 27

HORTA, ESCOLA E COMUNIDADE: A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO DE EDUCAÇÃO E PERTENCIMENTO EM SANTA ROSA (RS).....92

Rosângela Marisa de Bastos

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-R

CAPÍTULO 28

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO ENSINO BÁSICO DE TRÊS DE MAIO (RS)	
.....	95

Daiane Soares Valdameri

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-S

CAPÍTULO 29

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL DOM PEDRO II, CANGUÇU/RS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
.....	98

Cristiane Conrad de Souza; James Barbosa Pureza; Kelin Vitória Cavalheiro Fonseca

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-T

CAPÍTULO 30

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SÃO GABRIEL (RS)	
.....	100

Carmen Silvia Rodrigues Moraes; Fernanda Xavier Vieira

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-U

CAPÍTULO 31

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM SÃO GABRIEL (RS)	
.....	102

Ana Paula da Silva Lima; Arthur Phillyp de Lima Brito

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-V

CAPÍTULO 32

AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM SÃO GABRIEL (RS)	
.....	104

Ana Paula de Souza Vivian; Dinarte Teixeira Júnior; Dirlene Isabel P. de Oliveira; Juliana dos Santos Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-X

CAPÍTULO 33

**A INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA:
PRÁTICAS E PERCEPÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....107**

Maria Cecília Parodes de Ávila; Maria Eugênia Parodes de Ávila

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-Z

CAPÍTULO 34

**EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: DIÁLOGOS, DESAFIOS E
PERSPECTIVAS.....110**

Liziany Müller; Ivanio Folmer; Luciane de Andrade Lemos; Marcelo Ramos Militz

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-W

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ILDO MENEGHETTI: SABERES, IDENTIDADES E DIÁLOGO COMUNITÁRIO

Catiane Variani
Doi: [10.48209/978-65-5417-571-0](https://doi.org/10.48209/978-65-5417-571-0)

Este relato busca compreender como a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ildo Meneghetti, localizada em Casca (RS), vivencia e traduz, em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e em suas práticas cotidianas, os valores da interculturalidade e da diversidade cultural que marcam sua identidade educativa. A investigação, de natureza qualitativa e descritiva, foi realizada a partir da leitura analítica do PPP atualizado em 2022 e de uma entrevista semiestruturada com a vice-diretora, realizada em abril de 2025. O estudo evidencia uma instituição escolar comprometida com a valorização das culturas locais, o respeito às diferenças e a construção de um ambiente educacional humanizado e inclusivo. A escola, fundada em 1980, atende 191 estudantes distribuídos entre o Ensino Fundamental I e II, contando com um corpo docente formado por 16 professores. Sua comunidade escolar é composta por famílias com fortes raízes culturais italianas, polonesas e espanholas, compondo um mosaico identitário que enriquece as vivências pedagógicas e sociais da instituição. A estrutura física é adequada e acolhedora, composta por seis salas de aula, biblioteca, sala de recursos multifuncionais, espaço “maker”, refeitório, secretaria e amplas áreas de convivência cobertas e ao ar livre. O ambiente escolar reflete uma atmosfera de cuidado, pertencimento e acolhimento, favorecendo o diálogo e a expressão das diferentes identidades culturais. O PPP da escola revela uma concepção de educação alicerçada em valores como o respeito, a solidariedade e a cooperação, promovendo o equilíbrio entre saberes universais e as específicas.

cidades culturais da comunidade local. O documento destaca o papel da escola como mediadora entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais, estimulando a convivência harmoniosa entre diferentes culturas. As práticas pedagógicas incorporam elementos das tradições regionais, como danças, culinária, festas populares e manifestações artísticas, além de envolver os estudantes em atividades interdisciplinares e projetos extracurriculares que fortalecem o sentimento de pertencimento e identidade cultural. As ações educativas desenvolvidas demonstram um esforço contínuo em promover o diálogo intercultural e a convivência solidária, por meio de palestras, feiras culturais, gincanas, rodas de conversa e mostras pedagógicas. A interdisciplinaridade é valorizada como instrumento de integração entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo que os alunos compreendam a realidade de forma mais ampla e crítica. A escola também realiza parcerias com instituições locais e projetos comunitários, o que contribui para consolidar a educação como prática social transformadora. Entre os destaques observados, destaca-se a atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), responsável por planejar ações voltadas à promoção da cultura da paz e à valorização da empatia nas relações cotidianas. Campanhas de respeito, palestras sobre convivência e atividades de mediação de conflitos fazem parte das estratégias que fortalecem a dimensão humana e social da formação escolar. A equipe docente demonstra forte engajamento e participa de formações continuadas oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação, voltadas a temas como diversidade cultural, inclusão e práticas pedagógicas humanizadoras. Essas formações têm contribuído para o aperfeiçoamento das estratégias de ensino e o aprofundamento das reflexões sobre o papel da escola na construção de uma sociedade mais justa e plural. A construção do PPP é participativa, envolvendo direção, professores, funcionários, alunos e famílias, o que reforça o caráter democrático da gestão escolar e o sentimento de corresponsabilidade pelo processo educativo. O envolvimento da comunidade é um dos pilares da escola. As feiras culturais, mostras artísticas e festas escolares mobilizam alunos e famílias, transformando o espaço escolar em território de celebração e encontro de saberes. Essa convivência intergera-

cional fortalece laços de pertencimento e amplia a percepção dos estudantes sobre a importância da diversidade cultural como elemento de identidade coletiva. Embora a escola ainda enfrente desafios, como a ampliação de formações específicas e o fortalecimento de políticas de incentivo à interculturalidade, a experiência revela um percurso pedagógico coerente e inspirador. O compromisso com o diálogo, a empatia e a cooperação tem impulsionado o desenvolvimento de práticas educativas inclusivas, solidárias e socialmente relevantes. Conclui-se que a Escola Estadual de Ensino Fundamental Ildo Meneghetti constitui um exemplo de educação pública comprometida com a diversidade e a cidadania, onde o ensino é compreendido como prática emancipatória e humanizadora. Sua trajetória demonstra que o reconhecimento das diferenças culturais é um valor vivido no cotidiano e não apenas um ideal teórico. Assim, a interculturalidade se manifesta como prática concreta e transformadora, consolidando a escola como um espaço de diálogo, justiça social e esperança.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação Inclusiva; Projeto Político-Pedagógico; Educação e Cidadania.

CAPÍTULO 2

DIVERSIDADE CULTURAL E PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA ESCOLA FREI CANECA – GUAPORÉ (RS): CAMINHOS DE APRENDIZAGEM E CIDADANIA

Gisele Lazzari

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-1

O presente relato tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas e os princípios interculturais que orientam o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Caneca, localizada no município de Guaporé (RS). A partir da leitura do PPP atualizado em 2024 e de uma entrevista com a supervisora escolar, realizada em março de 2025, buscou-se compreender de que forma a escola promove a valorização da diversidade cultural e a construção de um ambiente educativo inclusivo, acolhedor e participativo. Com uma trajetória consolidada desde 1936, a Escola Frei Caneca atende atualmente 614 alunos, distribuídos entre o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio, com o apoio de 36 professores. Sua comunidade escolar é composta majoritariamente por moradores da área urbana e estudantes trabalhadores, evidenciando um público heterogêneo e socialmente diverso. A instituição possui uma excelente infraestrutura, composta por 16 salas de aula, biblioteca, ginásio de esportes, quadra, área verde, cozinha, refeitório, sala dos professores e dependências administrativas, oferecendo um ambiente agradável, seguro e propício ao aprendizado. O PPP da Escola Frei Caneca reflete um compromisso genuíno com a diversidade, o respeito e a solidariedade como fundamentos de uma educação humanizadora. O currículo integra os princípios da diversidade cultural, buscando representar a realidade local, as práticas culturais da comunidade e o diálogo com diferentes saberes. O documento equilibra valores universais, como a igualdade e a cidadania, com o reconhecimento das identidades regionais e das tradições culturais que compõem a história local. Essa perspectiva curricular permite que os alunos se reconheçam no processo educativo

e fortalece o vínculo entre escola e comunidade. A instituição adota metodologias ativas e projetos interdisciplinares que valorizam o protagonismo dos estudantes e estimulam o trabalho coletivo. Os professores desenvolvem atividades que dialogam com as realidades socioculturais dos alunos, promovendo o respeito mútuo e a convivência pacífica. O uso de metodologias baseadas em projetos e eventos culturais é um dos diferenciais do trabalho pedagógico, pois estimula a expressão artística, a criatividade e o reconhecimento das diferentes formas de manifestação cultural — como música, dança, culinária e arte popular. Entre as ações que fortalecem a interculturalidade, destacam-se as gincanas culturais, feiras escolares, semanas temáticas e eventos comemorativos, que envolvem estudantes, famílias e toda a comunidade local. Essas atividades favorecem a troca de experiências e consolidam a escola como um espaço de convivência democrática. A escola também realiza um tradicional evento cultural anual, em que a diversidade é celebrada por meio de apresentações, exposições e partilhas de saberes, promovendo o diálogo entre gerações e o respeito à diferença. O cardápio escolar, elaborado por nutricionistas da rede, valoriza a alimentação saudável e respeita as tradições locais, evidenciando uma atenção à cultura alimentar da comunidade. O transporte escolar é acessível a todos os estudantes, garantindo equidade e permanência, enquanto a acessibilidade arquitetônica e pedagógica assegura o atendimento de alunos com deficiência. A atuação dos orientadores educacionais e a existência de uma rede de apoio ampliam a capacidade de acolhimento da escola e fortalecem a construção de uma comunidade educativa solidária. A formação continuada é outro ponto de destaque. A escola realiza reuniões pedagógicas, encontros interdisciplinares e planejamentos coletivos que abordam a diversidade cultural, a ética e os direitos humanos. Essas ações contribuem para a consolidação de uma cultura institucional baseada no diálogo e no respeito, reforçando o papel do professor como mediador intercultural. Os desafios identificados concentram-se na ampliação do interesse dos estudantes pelas atividades escolares e na necessidade de explorar mais o potencial das tecnologias educacionais como instrumentos de inclusão e aprendizagem. Contudo, tais questões são enfrentadas com empenho, criatividade e colaboração entre professores, direção e comunidade. De modo geral, a Escola

Frei Caneca destaca-se pela sua prática pedagógica acolhedora e democrática, que reconhece a diversidade como valor constitutivo da educação. Sua atuação mostra que a interculturalidade não se resume a um conceito teórico, mas se concretiza no cotidiano por meio de gestos, projetos e relações humanas. A escola consolida-se como um espaço de diálogo, respeito e pertencimento, promovendo uma educação transformadora que valoriza o ser humano em sua integralidade. Conclui-se que a experiência da Escola Frei Caneca reafirma o potencial da Educação do Campo e da Educação Intercultural como caminhos para a formação cidadã e para o fortalecimento dos laços entre escola e comunidade. Ao unir tradição e inovação, a escola demonstra que é possível cultivar uma pedagogia sensível às diferenças, pautada na empatia e na justiça social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e plural.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Educação Inclusiva; Formação Humanizadora.

CAPÍTULO 3

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NA ESCOLA CORONEL JOÃO ANASTÁCIO DE QUEIROZ EM MARABÁ (PA)

Cristiane Scheidegger Laia Maia
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-2

Este relato analisa as vivências interculturais da Escola de Ensino Fundamental Coronel João Anastácio de Queiroz, em Marabá (PA), destacando como sua trajetória e seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) expressam o compromisso com a diversidade cultural, a inclusão e a construção de uma educação mais humana e democrática. O estudo, de natureza qualitativa e descritiva, foi desenvolvido com base na análise do PPP atualizado em 2022 e em entrevista realizada com a coordenação pedagógica da escola. A investigação permitiu identificar ações concretas que revelam o compromisso da instituição com a formação cidadã, o respeito às diferenças e a construção de um ambiente educativo acolhedor, plural e humanizado. A escola, criada em 21 de abril de 1981, atende 587 alunos distribuídos entre o Ensino Fundamental I e II, contando com 20 turmas e 26 professores. A comunidade escolar apresenta um perfil sociocultural diversificado, com estudantes de diferentes origens étnicas, incluindo alunos indígenas que residem próximos à instituição. Essa heterogeneidade cultural tem impulsionado a adoção de práticas educativas voltadas à valorização das identidades e ao fortalecimento do diálogo entre saberes locais e universais. O PPP da escola demonstra sensibilidade às questões culturais e sociais do território, incorporando as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O documento orienta uma proposta pedagógica inclusiva, ancorada no sócio-interacionismo, que prioriza a troca de experiências, o trabalho em grupo e o respeito às diferenças individuais e coletivas. A presença da disciplina “Estudos Amazônicos” no currículo expressa

o esforço institucional em articular o conhecimento escolar ao contexto regional, valorizando os saberes tradicionais e as práticas culturais amazônicas. A coordenação pedagógica destaca que a escola possui estrutura física adequada, composta por 10 salas de aula, biblioteca, refeitório, quadra poliesportiva e sala de informática. Esses espaços são utilizados como ambientes de convivência intercultural, nos quais se realizam projetos, oficinas e atividades de integração entre alunos, famílias e comunidade. A instituição desenvolve, anualmente, feiras culturais, festivais e eventos temáticos, em que a música, a dança, a culinária e as manifestações artísticas regionais são celebradas como expressões de identidade e pertencimento. Outro aspecto de destaque é o compromisso da escola com a alimentação escolar de base regional, cujos cardápios incluem alimentos típicos da agricultura familiar local, como açaí, tapioca, mandioca, banana, melancia e couve. Essa prática reafirma o vínculo entre educação e sustentabilidade, fortalecendo a valorização das culturas alimentares e o incentivo à economia regional. A formação continuada de professores é outro pilar da prática intercultural da escola. A Secretaria Municipal de Educação realiza encontros mensais de capacitação, promovendo discussões sobre diversidade cultural, inclusão, equidade e direitos humanos. Essas formações permitem o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e fortalecem o compromisso coletivo com a educação inclusiva. No que se refere à gestão democrática, o PPP foi construído de forma participativa, envolvendo toda a comunidade escolar. Professores, direção, funcionários, pais e alunos contribuíram com sugestões, fortalecendo o caráter dialógico e colaborativo do processo. A escola entende o PPP como um instrumento vivo e dinâmico, que expressa o compromisso com a formação integral dos estudantes e com o desenvolvimento social e cultural da comunidade. As ações educativas são orientadas por projetos interdisciplinares e metodologias participativas, que abordam temas como valorização das culturas afro-brasileira e indígena, combate ao preconceito e à discriminação, direitos das mulheres e proteção da infância. Essas práticas promovem a construção de um ambiente de respeito mútuo e de convivência pacífica, em que todos os alunos são encorajados a participar, aprender e se expressar. A escola também

oferece atendimento educacional especializado, com adaptações pedagógicas para estudantes com deficiência, assegurando condições de aprendizagem equitativas. O acolhimento é visto como princípio educativo, e o trabalho da equipe pedagógica é voltado à escuta ativa e à mediação de conflitos, fortalecendo a dimensão afetiva e humana das relações escolares. Embora ainda existam desafios — como a necessidade de ampliar recursos financeiros e sensibilizar parte das famílias quanto à importância dos projetos culturais —, a experiência da Escola Coronel João Anastácio de Queiroz demonstra que é possível consolidar uma educação intercultural efetiva, construída no diálogo entre tradição e contemporaneidade. Em síntese, a escola representa um espaço de diversidade e esperança, onde o conhecimento, a cultura e o respeito caminham juntos. Suas práticas pedagógicas afirmam que a educação, quando enraizada na realidade sociocultural da comunidade, é capaz de formar cidadãos críticos, solidários e conscientes de seu papel na transformação do mundo.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Educação Inclusiva; Educação Amazônica.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DIVERSIDADE CULTURAL NA ESCOLA AUGUSTO RUSCHI: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO INCLUSIVA E HUMANIZADORA

Douglas Stopp

Elisandra Fraga Pinheiro

Eloiza Bidel

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-3

A presente investigação teve como propósito compreender como a Escola Estadual de Educação Básica Augusto Ruschi, situada no bairro Juscelino Kubitschek, em Santa Maria (RS), tem incorporado princípios de interculturalidade e diversidade cultural em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas cotidianas. A análise articulou a leitura crítica do PPP (atualizado em 2023) à entrevista com a supervisora pedagógica Dianne Susara Stock Garcez, permitindo evidenciar as ações da escola em direção a uma educação mais inclusiva, equitativa e sensível à pluralidade cultural que compõe sua comunidade escolar. Os resultados demonstram que a instituição possui um forte compromisso com a formação humana e social, buscando integrar a diversidade cultural ao currículo e às experiências pedagógicas. O PPP da escola adota uma perspectiva que equilibra valores universais, como justiça social e direitos humanos, com o reconhecimento das identidades e histórias locais. As práticas pedagógicas se apoiam em metodologias ativas, projetos interdisciplinares e ações comunitárias que valorizam a cultura, a arte e a convivência solidária entre os estudantes. Tais iniciativas contribuem para fortalecer o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade de cada aluno, estimulando o respeito mútuo e a empatia como princípios educativos fundamentais. A escola atende mais de mil estudantes do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA, e conta com um quadro docente expressivo e engajado, composto por

92 professores. Seu contexto social é marcado por desafios econômicos e familiares, mas, mesmo diante dessas condições, observa-se uma gestão escolar comprometida com a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos. As formações docentes em Educação Antirracista e Direitos Humanos, oferecidas pelo Portal Educação RS, ampliam a reflexão crítica dos educadores sobre as relações étnico-raciais e a construção de práticas interculturais. Entre as estratégias de convivência e valorização da diversidade, destacam-se rodas de conversa, oficinas culturais, feiras, palestras e dinâmicas que promovem o diálogo entre diferentes saberes. O trabalho docente é orientado por uma pedagogia da escuta e da cooperação, em que o professor atua como mediador das relações e incentivador da reflexão coletiva. O PPP, em constante processo de aprimoramento, busca consolidar-se como instrumento vivo e participativo, integrando as contribuições de professores, estudantes e comunidade. Essa dimensão colaborativa revela uma escola que aprende com suas próprias experiências e se reinventa a partir do diálogo com o território. Embora reconheça a necessidade de fortalecer o envolvimento familiar e ampliar espaços de discussão entre os docentes, a escola apresenta avanços significativos na consolidação de uma cultura escolar inclusiva. As ações não se limitam a eventos pontuais, mas expressam uma postura pedagógica contínua, que compreende a diversidade como valor constitutivo da aprendizagem. A gestão escolar demonstra sensibilidade ao adotar práticas de escuta e mediação de conflitos baseadas no diálogo, na empatia e no respeito. Tais práticas reafirmam a escola como espaço de convivência democrática e de construção de valores humanizadores. A análise revela que a EEEB Augusto Ruschi vem consolidando um percurso educativo pautado pela valorização das diferenças e pela formação cidadã. Suas práticas pedagógicas favorecem o encontro de culturas e o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o ambiente escolar. Ao promover o equilíbrio entre o global e o local, entre o saber universal e o conhecimento comunitário, a escola reafirma seu papel como território de inclusão e transformação social. Conclui-se que a experiência da escola é um exemplo inspirador de como a interculturalidade pode ser incorporada de forma sensível, concreta e inovadora.

à educação básica. As ações desenvolvidas apontam para a construção de um modelo pedagógico que reconhece o valor da diversidade e a força do diálogo na formação de cidadãos críticos, empáticos e conscientes de seu papel no mundo. Assim, a educação intercultural se consolida como caminho possível e necessário para uma sociedade mais justa, solidária e plural.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Educação Inclusiva; Formação Docente.

CAPÍTULO 5

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE NA ESCOLA ALFREDO LENHARDT: CAMINHOS DE INCLUSÃO E DIÁLOGO CULTURAL

Everson dos Reis Nunes
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-4

O presente relato tem por finalidade compreender como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Lenhardt, em Itaara (RS), integra os princípios da interculturalidade e da diversidade cultural em seu PPP e em suas práticas pedagógicas cotidianas. O estudo evidencia o compromisso da escola com a formação integral dos estudantes, o respeito à diversidade sociocultural e a construção de um ambiente educativo acolhedor, inclusivo e humanizado. Os resultados demonstram que a escola possui um PPP amplamente participativo e sensível às especificidades culturais da comunidade local, construído coletivamente com a colaboração de professores, equipe pedagógica, estudantes e famílias. O documento propõe uma abordagem curricular contextualizada, que valoriza tanto as tradições regionais quanto as expressões culturais contemporâneas. Projetos temáticos, feiras multiculturais, semanas culturais e oficinas artísticas são algumas das ações que promovem o reconhecimento das identidades e fortalecem o sentimento de pertencimento dos alunos. A integração entre a escola e a comunidade é uma marca evidente do trabalho pedagógico, refletindo a convicção de que a educação se faz em diálogo constante com a realidade social em que está inserida. A escola atende 253 estudantes do Ensino Fundamental II, com 17 professores comprometidos com práticas pedagógicas que priorizam o respeito, a cooperação e a diversidade. O espaço físico, composto por oito salas de aula, biblioteca, auditório, refeitório, quadra esportiva e sala de atendimento especializado, reflete o cuidado com o acolhimento e a inclusão. O transporte escolar e a alimentação são oferecidos de forma equita-

tiva, garantindo o acesso e a permanência dos alunos, inclusive daqueles que necessitam de atendimento educacional especializado. Entre as práticas mais significativas estão os projetos de valorização da diversidade cultural, as feiras multiculturais, as ações de combate a preconceitos e a realização de atividades lúdicas e reflexivas que promovem o diálogo intercultural. As atividades extracurriculares aproximam escola e comunidade, permitindo que saberes tradicionais, histórias orais e manifestações culturais locais sejam compartilhados e integrados às vivências escolares. Esse processo formativo amplia o olhar dos estudantes sobre o mundo e reforça o compromisso da escola com a educação como prática da liberdade e do respeito mútuo. Outro ponto de destaque é o engajamento da equipe multidisciplinar, composta por orientadora educacional, psicóloga e educadora especial, que atua de forma integrada com os professores na mediação de conflitos, na escuta sensível e na promoção de um ambiente de convivência harmônico. Essa atuação tem sido fundamental para fortalecer o acolhimento e a inclusão, contribuindo para o desenvolvimento social e emocional dos estudantes. A formação docente também se apresenta como eixo estratégico para a consolidação de uma cultura escolar mais inclusiva. Embora a escola ainda careça de formações específicas voltadas à interculturalidade, há iniciativas relevantes, como a participação de professores em seminários e cursos sobre diversidade cultural e direitos humanos, promovidos pelo SESC e pelo município. Essas experiências reforçam o compromisso coletivo da equipe em aprimorar suas práticas e ampliar o repertório pedagógico. Os principais desafios mencionados pela coordenação estão relacionados à necessidade de formação continuada e à superação de preconceitos e estereótipos ainda presentes no contexto social mais amplo. Contudo, essas dificuldades são enfrentadas com diálogo e sensibilidade pedagógica, mantendo a escola em movimento constante de aprendizado e transformação. O fortalecimento das relações com as famílias e o incentivo à participação comunitária têm se mostrado caminhos eficazes para ampliar a consciência coletiva sobre o valor da diversidade e da convivência solidária. A análise evidencia que a Escola Alfredo Lenhardt se consolida como um espaço de prática intercultural e cidadania,

onde o respeito, a empatia e o diálogo são princípios que orientam o fazer pedagógico. O equilíbrio entre o reconhecimento das tradições locais e a abertura a novos saberes revela uma instituição viva, que se reinventa a partir da escuta e da colaboração. A convivência entre diferentes modos de vida e culturas é celebrada como oportunidade de aprendizagem e crescimento mútuo, reafirmando o papel da escola como lugar de encontro e transformação. Conclui-se que a experiência da Escola Alfredo Lenhardt é inspiradora por traduzir, na prática, o ideal de uma educação comprometida com os valores da justiça, da igualdade e da solidariedade. Ao promover a interculturalidade como princípio formativo, a escola reafirma que educar é também reconhecer e valorizar a diversidade humana. Esse compromisso cotidiano com o respeito e o diálogo contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e plural, em que cada aluno possa florescer em sua singularidade e atuar como protagonista de um mundo mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação Inclusiva; Projeto Político-Pedagógico; Formação Docente.

CAPÍTULO 6

INTERCULTURALIDADE E INCLUSÃO EDUCATIVA NO COLÉGIO ESTADUAL BARBOSA RODRIGUES: UM CAMINHO DE DIÁLOGO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Andrieli Nascimento Sodré
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-6

O presente estudo tem como objetivo analisar como o Colégio Estadual Barbosa Rodrigues, localizado no município de Gravataí (RS), incorpora princípios de interculturalidade, diversidade cultural e inclusão educativa em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas cotidianas de ensino. A investigação, de natureza qualitativa, baseou-se na leitura crítica do PPP atualizado em 2022 e em uma entrevista com a supervisora pedagógica, realizada em maio de 2025. A análise evidencia uma escola comprometida com a formação cidadã, a valorização das diferenças e a construção de um ambiente escolar democrático e participativo, que reconhece a importância da diversidade cultural como elemento constitutivo da aprendizagem e da convivência. O colégio atende aproximadamente 1.236 estudantes, distribuídos entre 12 turmas do Ensino Fundamental II e 23 turmas do Ensino Médio, contando com um corpo docente de 50 professores. A estrutura física, composta por 21 salas de aula, laboratório de informática, biblioteca e espaços coletivos como o Salão Nobel, oferece condições adequadas para o desenvolvimento de atividades interdisciplinares e culturais. A escola, situada em área central, possui fácil acesso e integra um público heterogêneo, com diferentes origens sociais, mas sem grupos étnicos específicos como indígenas ou quilombolas. Essa composição plural favorece o diálogo entre culturas urbanas e regionais, enriquecendo as experiências formativas dos alunos e o processo de construção do conhecimento. O PPP demonstra uma postura pedagógica comprometida com a educação inclusiva e cidadã, articulando princípios de universalidade e respeito às particularidades culturais locais. O documento propõe um currículo flexível, estruturado pela

nova organização do Ensino Médio, que busca equilibrar a formação geral básica com os itinerários formativos, estimulando o protagonismo estudantil e a autonomia intelectual, com práticas pedagógicas e os valores expressos evidenciam uma visão de educação pautada no diálogo, na solidariedade e na valorização da diversidade como fonte de aprendizado e convivência. Entre as ações concretas desenvolvidas pela escola, destacam-se as feiras culturais, semanas temáticas, eventos sobre consciência negra, prevenção ao preconceito e festividades regionais, que mobilizam professores, estudantes e comunidade em torno da valorização das diferenças. O Grêmio Estudantil e as atividades da cultura gaúcha também desempenham papel importante na integração dos estudantes e na construção de uma identidade coletiva que reconhece as raízes culturais do território. Tais iniciativas reforçam o sentido de pertencimento e o respeito à pluralidade, transformando a escola em um espaço de convivência, expressão e aprendizado mútuo. As estratégias pedagógicas priorizam o trabalho colaborativo e o diálogo entre diferentes saberes, com ênfase na interdisciplinaridade e na troca de experiências. Os professores utilizam metodologias participativas, que valorizam a escuta ativa e o envolvimento dos estudantes em projetos práticos e reflexivos. A escola participa de formações promovidas pela Secretaria Estadual de Educação voltadas a temas como diversidade, direitos humanos e práticas pedagógicas inclusivas, o que tem fortalecido a sensibilidade docente frente às questões socioculturais contemporâneas. A gestão pedagógica evidencia uma compreensão madura sobre o papel da escola como promotora da equidade e da cidadania. Questões como o atendimento educacional especializado, o respeito às diferenças individuais e o apoio psicopedagógico são tratados de forma integrada e cuidadosa, demonstrando que a inclusão é compreendida como um processo contínuo e coletivo. A escola oferece sala de recursos multifuncionais, acessibilidade física e acompanhamento pedagógico adaptado, garantindo que todos os estudantes tenham condições reais de aprender e se desenvolver. A relação com as famílias e a comunidade é marcada por diálogo e participação ativa, com reuniões, assembleias e eventos culturais que aproximam os diversos segmentos sociais da vida escolar. Essa parceria contribui para a construção de um ambiente educacional solidário, em que as diferenças são vistas como oportunidades de aprendizagem e não como barreiras. O envolvimento das

famílias também fortalece a dimensão intercultural da educação, ao permitir que tradições e valores comunitários sejam compartilhados e reconhecidos no espaço escolar. A escola demonstra que é possível articular o saber universal com as experiências locais, promovendo uma educação que une conhecimento, sensibilidade e humanidade. Conclui-se que o Colégio Barbosa Rodrigues é exemplo de uma escola que caminha na direção da interculturalidade como prática educativa e política de inclusão social. Suas ações reafirmam o papel da escola pública como espaço de transformação e esperança, onde a diversidade é reconhecida como riqueza e o ensino se orienta pela ética, pela empatia e pela valorização das identidades. Assim, a experiência da instituição traduz, de forma concreta e inspiradora, o ideal de uma educação que cultiva o diálogo, o respeito e a convivência entre as culturas — fundamentos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e plural.

Palavras-chave: Diversidade Cultural; Inclusão Escolar; Projeto Político-Pedagógico; Educação Cidadã.

CAPÍTULO 7

INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO HUMANIZADORA NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO MENNA BARRETO: CAMINHOS DE INCLUSÃO E DIÁLOGO EM SÃO GABRIEL (RS)

Fernanda Xavier Vieira
Carmen Silvia Rodrigues Moraes
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-7

O presente relato tem por objetivo compreender como o Instituto Estadual de Educação Menna Barreto, localizado no município de São Gabriel (RS), integra os princípios da interculturalidade e da diversidade cultural em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas pedagógicas cotidianas. A análise foi realizada a partir da leitura do PPP atualizado em fevereiro de 2023 e de uma entrevista com a coordenadora pedagógica, em junho de 2025. O estudo evidencia uma escola tradicional, comprometida com a qualidade do ensino, a valorização da cultura local e a construção de um ambiente educativo pautado no respeito, no diálogo e na inclusão. Com mais de um século de história — fundada em 31 de janeiro de 1918 —, a escola é uma das mais antigas e reconhecidas do município, destacando-se por sua relevância educacional e por ser a única instituição a ofertar o curso de magistério na cidade. Atualmente, atende cerca de 220 estudantes, distribuídos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, com o apoio de aproximadamente 22 professores. A comunidade escolar é composta por famílias urbanas, pertencentes majoritariamente ao bairro em que a escola está inserida, o que reforça os vínculos de pertencimento e identidade local. O PPP da escola reflete uma concepção de educação democrática e humanística, que reconhece a importância da diversidade e da convivência harmoniosa entre diferentes formas de pensar, agir e viver. Embora o documento adote uma perspectiva mais univer-

salista, que trata os temas de diversidade de modo geral, percebe-se o compromisso institucional em garantir ações voltadas ao respeito às diferenças, à valorização da pluralidade cultural, e à formação integral do estudante. Entre os princípios destacados no PPP estão o respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, de gênero e de aprendizagem, bem como a promoção de atividades artísticas e culturais que valorizem as diferenças e a integração entre os alunos. Tais orientações demonstram a preocupação da escola em cultivar uma cultura escolar inclusiva e acolhedora. A instituição apresenta boa infraestrutura, composta por nove salas de aula, biblioteca, quadra esportiva, pátio amplo e pracinha, o que proporciona um espaço adequado para a convivência e a realização de atividades pedagógicas diversificadas. O transporte escolar municipal é acessível e garante o deslocamento de estudantes de diferentes localidades, enquanto a alimentação escolar é fornecida por empresa terceirizada, sob supervisão da rede municipal, atendendo aos padrões nutricionais e respeitando a cultura alimentar regional. A coordenadora pedagógica destaca o envolvimento ativo da comunidade escolar, que participa das ações propostas, fortalecendo a integração entre família e escola. A gestão mantém diálogo aberto e contínuo com professores, alunos e responsáveis, incentivando a cooperação e a corresponsabilidade na formação dos estudantes. Essa proximidade tem contribuído para a construção de um ambiente educativo marcado pela confiança, empatia e respeito mútuo. As práticas pedagógicas são desenvolvidas de forma participativa e interdisciplinar, por meio de projetos e eventos escolares que promovem a integração e o diálogo entre diferentes culturas. Ainda que o PPP não contemple de forma explícita metodologias interculturais, observa-se que a equipe docente adota estratégias pedagógicas que estimulam a convivência solidária e o reconhecimento das diferenças. O trabalho por projetos, as atividades culturais e as ações comemorativas são momentos privilegiados para expressar as identidades e fortalecer os vínculos entre os sujeitos da comunidade escolar. A instituição enfrenta desafios semelhantes aos de muitas escolas públicas, como a ausência de formações continuadas específicas sobre interculturalidade e a necessidade de ampliar o

atendimento especializado (AEE), cuja docente aposentou-se recentemente. Ainda assim, a equipe tem buscado superar essas dificuldades por meio do diálogo, do acolhimento e da escuta ativa — práticas que reafirmam o compromisso ético e pedagógico da escola com a inclusão e o respeito às diferenças. O combate ao preconceito e à discriminação é conduzido por meio de orientações constantes, da mediação de conflitos e da valorização de atitudes cooperativas. A escola entende a educação como um processo de formação cidadã e emancipatória, que deve promover o senso crítico, a solidariedade e o respeito à pluralidade humana. Em síntese, o Instituto Estadual de Educação Menna Barreto constitui um espaço de tradição, acolhimento e diversidade, onde a educação é compreendida como um processo contínuo de construção coletiva. Sua trajetória centenária demonstra que, mesmo em contextos de desafios, é possível cultivar práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e comprometidas com uma formação humanizadora. Assim, a escola reafirma seu papel como território de diálogo, pertencimento e esperança, em que cada estudante é reconhecido como sujeito de direitos e de cultura.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Inclusão; Educação Humanizadora.

CAPÍTULO 8

A ESCOLA DR. CELESTINO LOPES CAVALHEIRO DE SÃO GABRIEL (RS): TERRITÓRIO DE DIÁLOGO, DIVERSIDADE E APRENDIZAGEM

Arthur Phillyp de Lima Brito
Doi: [10.48209/978-65-5417-571-8](https://doi.org/10.48209/978-65-5417-571-8)

A Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro, localizada no município de São Gabriel (RS), integra os princípios da interculturalidade e da diversidade cultural em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas educativas desenvolvidas no cotidiano escolar. O estudo baseou-se na leitura do PPP atualizado em 2023 e na entrevista com a vice-diretora, realizada em maio de 2025. Fundada em 20 de abril de 1938, a escola possui uma trajetória marcada pelo compromisso com a qualidade do ensino público e a formação integral de seus estudantes. Atualmente, atende 415 alunos, distribuídos entre o Ensino Fundamental I e II e o Ensino Médio, contando com 28 professores que atuam em diferentes turnos. A comunidade escolar é composta, em sua maioria, por alunos residentes nos bairros próximos e na região central, com perfil sociocultural diversificado, mas de boa condição socioeconômica. A escola também acolhe estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fortalecendo sua dimensão inclusiva e cidadã. O PPP da instituição reflete uma concepção educativa inspirada na Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, centrada no respeito à cultura dos alunos e na valorização de suas realidades sociais. O documento defende a educação como prática transformadora, capaz de promover a criticidade, a solidariedade e o exercício da cidadania. O currículo escolar é pautado na Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos, articulando o desenvolvimento cognitivo e ético à compreensão do contexto sociocultural dos alunos. Essa perspectiva promove o equilíbrio entre os valores universais da educação, como os direitos humanos, a democracia e a justiça social, e o reco-

nhecimento das particularidades culturais e regionais do território gabrielense. A escola também segue as orientações do Referencial Curricular Gaúcho, o que garante a contextualização dos conteúdos às realidades locais e o fortalecimento das identidades culturais regionais. A instituição conta com estrutura física ampla e adequada, composta por 13 salas de aula, biblioteca, laboratórios de ciências e informática, quadra esportiva, refeitório, parque infantil, espaço audiovisual, sala de recursos multifuncionais e área de convivência. Esses ambientes favorecem a socialização, a criatividade e o diálogo entre os estudantes. A alimentação escolar é planejada por nutricionistas da 19ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE), respeitando princípios de alimentação saudável e equilibrada, com variação semanal e atenção à cultura alimentar local. A escola realiza diversas atividades extracurriculares, como oficinas culturais, gincanas, feiras de ciências, mostras artísticas e eventos comemorativos, que fortalecem o sentimento de pertencimento e a valorização das diferenças. Tais ações possibilitam que os estudantes expressem suas identidades culturais por meio da arte, da música, da dança e da oralidade, promovendo o diálogo intercultural e o reconhecimento da diversidade como riqueza coletiva. A gestão escolar é participativa e democrática, assegurando o envolvimento da comunidade em decisões pedagógicas e administrativas. O Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres atuam como espaços de escuta e colaboração, fortalecendo o vínculo entre escola e famílias. Essa interação é fundamental para consolidar práticas educativas que valorizem a cooperação, o diálogo e o respeito mútuo. As estratégias pedagógicas da escola incluem a gamificação, a aprendizagem baseada em projetos e o uso de metodologias ativas, que incentivam a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Essas práticas são adaptadas à realidade sociocultural da comunidade, permitindo que o ensino dialogue com as experiências e saberes locais. A escola também promove formações continuadas oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação e pela CRE, que abordam temas como diversidade cultural, ética, inclusão e direitos humanos, fortalecendo o preparo docente para lidar com as diferentes realidades presentes no espaço escolar. A mediação de conflitos é conduzida por meio de diálogo e orientação

pedagógica, com o apoio da equipe diretiva e da orientação escolar. A escola busca transformar os desafios cotidianos em oportunidades de reflexão e crescimento coletivo, incentivando a empatia e o respeito às diferenças. Embora ainda existam dificuldades relacionadas à resistência a mudanças e à ampliação das formações específicas sobre interculturalidade, o ambiente escolar é marcado por acolhimento, sensibilidade e compromisso ético. As famílias participam ativamente das ações da escola, sobretudo nas datas comemorativas e nos conselhos de classe participativos. Essa integração amplia o alcance das práticas interculturais e reforça a função social da escola como espaço de convivência democrática. O fortalecimento dos laços entre alunos, professores e comunidade transforma o ambiente educacional em um território de aprendizagem compartilhada, onde cada voz tem valor e cada cultura é reconhecida. Em síntese, a Escola Estadual de Educação Básica Dr. Celestino Lopes Cavalheiro se destaca por sua prática pedagógica humanizadora e por seu compromisso com a formação integral do sujeito. Ao valorizar o diálogo, a diversidade e o respeito mútuo, a instituição reafirma seu papel social como promotora de uma educação libertadora, crítica e intercultural, capaz de formar cidadãos conscientes, solidários e preparados para a vida em sociedade.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Educação Inclusiva; Formação Cidadã.

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO: INTERCULTURALIDADE E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA PROFESSOR SUENI GOULART DOS SANTOS, SÃO GABRIEL (RS)

Ana Paula de Souza Vivian

Dinarte Teixeira Júnior

Dirlene Isabel P. de Oliveira

Juliana dos Santos Lima

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-9

Este relato reflete a experiência educativa da Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Sueni Goulart dos Santos, em São Gabriel (RS), na construção de uma educação intercultural e inclusiva, pautada no respeito às diferenças, na valorização das identidades culturais e na promoção do diálogo entre comunidades e saberes. A análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e da entrevista com o diretor revela práticas pedagógicas humanizadoras que fortalecem a convivência democrática e a formação integral dos sujeitos. Fundada em 3 de junho de 1966, a escola carrega uma trajetória marcada pela valorização da educação pública e pelo compromisso com o desenvolvimento humano integral. Atendendo aproximadamente 360 estudantes do Ensino Fundamental I e II, com o trabalho de 13 professores, a instituição apresenta uma comunidade escolar diversa, formada majoritariamente por famílias locais, mas enriquecida pela presença de estudantes de diferentes origens culturais, inclusive imigrantes. Esse contexto plural reflete-se nas relações interpessoais, nas práticas pedagógicas e na convivência democrática que caracteriza o cotidiano escolar. O PPP da escola expressa uma concepção educativa centrada na formação integral do sujeito, no respeito às diferenças e na valorização das identidades culturais. O documento revela o entendimento de que a escola é um espaço de encontro entre saberes, no qual o diálogo, a empatia e a cooperação se tornam elementos estruturantes da aprendizagem. Elaborado de forma participa-

tiva, com envolvimento de professores, famílias, estudantes e funcionários, o PPP consolida uma visão de educação democrática, inclusiva e transformadora. Entre as ações pedagógicas desenvolvidas destacam-se os projetos interdisciplinares, feiras, campanhas educativas e atividades culturais, que promovem o reconhecimento das diferentes identidades e a valorização das expressões artísticas e populares da região. As práticas escolares incorporam valores como solidariedade, equidade, diálogo e empatia, reafirmando o papel da escola como mediadora entre diversidade e convivência. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) assegura o acesso e a permanência de estudantes com deficiência, configurando-se como um espaço de escuta e de personalização das aprendizagens. A gestão escolar, pautada na democracia participativa, valoriza a corresponsabilidade de toda a comunidade educativa, estimulando a autonomia docente e o protagonismo discente. O diálogo entre professores e famílias é contínuo, favorecendo a construção de um ambiente pedagógico de confiança e respeito. Essa relação colaborativa se reflete na coesão do corpo docente e na motivação dos estudantes, que participam ativamente de projetos e ações sociais. A escola também investe na formação continuada de seus professores, por meio de cursos e encontros promovidos pela Secretaria Estadual de Educação e pela Coordenadoria Regional de Educação. As temáticas abordadas, diversidade cultural, direitos humanos, metodologias ativas e interculturalidade, ampliam a compreensão dos docentes sobre o papel da escola na sociedade contemporânea e fortalecem práticas pedagógicas mais críticas, participativas e contextualizadas. Em seu cotidiano, a instituição adota metodologias que articulam teoria e prática, estimulando a curiosidade, a criatividade e a capacidade de reflexão dos estudantes. A aprendizagem baseada em projetos (ABP), a gamificação e as atividades colaborativas têm sido ferramentas pedagógicas eficazes para envolver os alunos e promover o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes locais. Essas estratégias permitem que a diversidade seja vivida na prática e que o processo educativo se torne mais significativo e afetivo. Os eventos culturais e festivos, realizados ao longo do ano letivo, representam momentos de integração e expressão coletiva. Nessas ocasiões, a música,

a dança, a culinária e as manifestações populares ganham destaque, revelando o valor simbólico das tradições e fortalecendo o sentimento de pertencimento da comunidade escolar. Tais experiências reafirmam a educação como espaço de convivência intercultural e construção de identidades plurais. Ainda que existam desafios, como o equilíbrio entre as exigências curriculares e o tempo dedicado às atividades culturais, a escola demonstra maturidade institucional e sensibilidade pedagógica ao conciliar ambos os aspectos, compreendendo que a aprendizagem também se constrói na partilha e na vivência da diferença. Essa postura humanizadora reflete o compromisso da equipe diretiva e docente com a construção de uma educação pública de qualidade, inclusiva e emancipatória. Em síntese, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Sueni Goulart dos Santos consolida-se como um espaço de diálogo, diversidade e transformação, onde a interculturalidade é vivida cotidianamente como princípio formativo e ético. Ao promover uma educação que respeita as diferenças e valoriza as singularidades, a instituição reafirma seu papel como território de saberes e cidadania, contribuindo para a formação de sujeitos conscientes, solidários e comprometidos com um mundo mais justo e plural.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Educação Inclusiva; Cidadania; Educação Humanizadora.

CAPÍTULO 10

CULTURA, EDUCAÇÃO E ESPERANÇA: O CAMINHO INTERCULTURAL DA ESCOLA ESTADUAL RURAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA (PA)

Nayana Dias Pajeú
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-A

No coração da Amazônia paraense, a Escola Estadual Rural de Conceição do Araguaia se destaca como um território de encontros e aprendizados, onde a diversidade cultural é celebrada e transformada em prática pedagógica. Este relato apresenta a trajetória da instituição na construção de uma proposta educativa baseada na interculturalidade, na valorização das identidades locais e no fortalecimento do pertencimento comunitário, evidenciando como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas docentes articulam saberes tradicionais e conhecimento científico para promover uma formação integral e emancipadora. Criada oficialmente em 17 de setembro de 2024, após funcionar como anexo da Escola Estadual Professor Acy de Jesus Neves de Barros Pereira, a instituição consolidou-se como espaço de referência para as comunidades rurais de Conceição do Araguaia (PA). A elaboração do PPP foi marcada pela participação coletiva, envolvendo professores, estudantes, famílias e lideranças comunitárias, o que garantiu um documento vivo, ancorado na realidade amazônica e nas demandas sociais e culturais do território. A escola atende 396 alunos, entre o Ensino Fundamental (EJA) e o Ensino Médio, com o trabalho de 24 professores comprometidos com uma educação inclusiva, crítica e participativa. A maioria dos estudantes é oriunda de famílias agricultoras, ribeirinhas e de pequenos produtores, o que faz da diversidade um elemento central do cotidiano escolar. Essa multiplicidade de histórias e saberes constitui o principal alicerce das práticas pedagógicas, que reconhecem o território como fonte legítima de conhecimento. O PPP adota uma concepção intercultural e decolonial,

orientada pelo Documento Curricular do Estado do Pará (DECEPA) e pelas Diretrizes Nacionais da Educação do Campo. A proposta curricular valoriza as culturas indígenas, quilombolas, camponesas e ribeirinhas, integrando temas como sustentabilidade, equidade, direitos humanos e justiça social. Assim, o currículo é compreendido não como instrumento neutro, mas como expressão da diversidade e da luta pela inclusão. A estrutura física, ainda em processo de consolidação, conta com salas amplas, biblioteca, quadra esportiva e áreas de convivência cedidas pela rede municipal. Apesar das limitações, os espaços são ressignificados diariamente pela criatividade da equipe docente, que os transforma em ambientes de partilha, experimentação e convivência. A alimentação escolar, baseada em produtos da agricultura familiar, reforça o vínculo entre escola e comunidade, fortalecendo o sentido de pertencimento e sustentabilidade. A instituição desenvolve projetos interdisciplinares e eventos culturais que fortalecem o protagonismo dos estudantes e valorizam a cultura regional. Entre eles, destacam-se o Projeto Cores da Amazônia, dedicado à arte e às expressões visuais locais; o Projeto Saberes da Terra, que envolve as famílias na troca de saberes sobre cultivo e alimentação; e o Projeto Juventudes e Direitos, que estimula o debate sobre diversidade, gênero e cidadania. Essas ações reafirmam a escola como espaço de escuta, diálogo e transformação. As práticas docentes são fundamentadas em metodologias participativas, como aprendizagem por projetos, rodas de conversa e pesquisa-ação, que incentivam a autonomia dos estudantes e o aprendizado colaborativo. O trabalho pedagógico é constantemente aperfeiçoado por meio da formação continuada de professores, promovida pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), com foco em diversidade cultural, equidade racial e práticas inclusivas. A atuação da psicóloga escolar complementa esse processo, garantindo acompanhamento emocional e mediação humanizadora. O PPP também orienta parcerias com famílias e comunidades, transformando eventos escolares, feiras, festivais, oficinas e exposições — em espaços de convivência intergeracional e de fortalecimento da identidade amazônica. Nessas atividades, a oralidade, a música, a culinária e as histórias locais ganham protagonismo, resgatando memórias e promovendo

aprendizagens que atravessam o currículo formal. Entre os desafios enfrentados estão a escassez de materiais pedagógicos contextualizados, as limitações de infraestrutura e a necessidade de ampliar o engajamento familiar. Contudo, a equipe diretiva, liderada pela professora Glaúcia Oliveira de Sá, tem conduzido o processo educativo com sensibilidade, criatividade e comprometimento, superando obstáculos e reafirmando o valor da educação pública como instrumento de emancipação social. Em síntese, a Escola Estadual Rural de Conceição do Araguaia consolida-se como um espaço de diversidade, esperança e transformação, onde o conhecimento nasce do diálogo entre culturas e experiências. Sua prática pedagógica, enraizada na realidade amazônica, demonstra que a educação intercultural é capaz de formar cidadãos conscientes, solidários e comprometidos com a justiça social.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação do Campo; Amazônia; Projeto Político-Pedagógico; Pertencimento.

CAPÍTULO 11

ENTRE DESAFIOS E ESPERANÇAS: INTERCULTURALIDADE E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL OLIVEIRO THADDEU, EM ROSÁRIO DO SUL (RS)

Maria Cecília Parodes de Ávila
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-B

Na zona periférica de Rosário do Sul (RS), a Escola Municipal Oliveiro Thaddeu se destaca como um território de experiências humanas, culturais e pedagógicas que reafirmam o papel da educação pública como instrumento de transformação social e cidadania. Com mais de oito décadas de história, a instituição tem sido um espaço de acolhimento, pertencimento e aprendizado coletivo, onde a diversidade cultural é reconhecida não como desafio, mas como riqueza que fortalece os laços comunitários e amplia as possibilidades de formação integral dos estudantes. Atendendo aproximadamente 360 alunos, sob a orientação de 18 professores comprometidos com uma educação sensível e democrática, a escola acolhe famílias de diferentes realidades sociais e culturais, refletindo em seu cotidiano as múltiplas identidades que compõem o tecido social rosariense. O Projeto Político-Pedagógico (PPP), atualizado em março de 2025, expressa a busca pela construção de uma escola humanizadora, pautada na valorização das identidades locais, na interculturalidade e na inclusão como princípio ético e pedagógico. Ainda que enfrente limites estruturais e pedagógicos comuns à rede pública, a escola demonstra um notável esforço para fazer de suas práticas educativas um exercício contínuo de diálogo e reconhecimento mútuo, traduzindo em ações concretas os valores de respeito, empatia e solidariedade. A gestão escolar, marcada por sensibilidade e compromisso, conduz um processo participativo que envolve docentes, estudantes, famílias e funcionários na construção coletiva do PPP e na definição das prio-

ridades pedagógicas. O documento torna-se, assim, mais que um instrumento burocrático, é um guia de identidade e pertencimento, que orienta a prática educativa e reforça a função social da escola. Nesse contexto, destacam-se iniciativas de grande relevância, como a ação de autocuidado, na qual professores e membros da comunidade ofereceram cortes e escovas de cabelo gratuitos aos alunos, reafirmando o valor da autoestima, da solidariedade e da dignidade humana como fundamentos da formação cidadã. Atividades como essa, revelam a profundidade com que o trabalho pedagógico da instituição se ancora em valores humanizadores e em uma ética do cuidado. A escola se caracteriza por uma atmosfera de cooperação e criatividade, na qual os professores, mesmo com poucos recursos materiais, desenvolvem projetos interdisciplinares e ações culturais que fortalecem a identidade local e promovem o respeito às diferenças. As práticas de arte e expressão corporal, especialmente conduzidas pelo docente de Artes, assumem papel central na mediação cultural, ampliando o diálogo entre diferentes saberes e linguagens. Feiras, rodas de conversa, apresentações musicais e eventos comunitários transformam o espaço escolar em ambiente de trocas e celebrações, onde o conhecimento nasce da convivência e da escuta. O PPP reafirma o compromisso da escola com uma educação democrática, integrando os valores da convivência solidária, da justiça social e da valorização da cultura popular ao currículo formal. Mesmo enfrentando desafios, a escola demonstra resiliência e determinação em manter viva a proposta de uma educação libertadora. A equipe diretiva, conduz com firmeza e sensibilidade um trabalho coletivo que supera limitações estruturais por meio da escuta, do diálogo e do envolvimento afetivo com a comunidade. O ambiente escolar é descrito pelos próprios docentes como um espaço de acolhimento e esperança, onde cada gesto de cuidado e cada prática pedagógica se convertem em oportunidades de crescimento e transformação. A alimentação escolar, fornecida com recursos municipais, é equilibrada e acessível, representando um dos vínculos concretos entre escola e território, embora ainda haja potencial para que reflita de modo mais explícito as tradições alimentares da comunidade. A Escola Municipal Oliveira Thaddeu reafirma-se, assim, como um símbolo da resistência

da educação pública frente às adversidades sociais, consolidando uma prática pedagógica que transcende a transmissão de conteúdos e se volta à formação de sujeitos críticos, conscientes e solidários. Seu cotidiano traduz a crença de que educar é um ato de amor e compromisso com o outro, e que a interculturalidade se faz não apenas nos textos e documentos, mas nas relações diárias, nas palavras, nos olhares e nas atitudes que reconhecem a dignidade de cada estudante. Ao unir teoria e prática, tradição e inovação, a escola transforma limites em possibilidades e reafirma a potência da educação como caminho para a justiça social, o diálogo e a paz. Nesse contexto, o aprendizado ultrapassa as fronteiras da sala de aula e se torna experiência de vida, de partilha e de humanização. Em síntese, o relato revela que a Escola Oliveiro Thaddeu é mais que uma instituição de ensino: é um território vivo de afeto, diversidade e transformação, onde a educação se reinventa a cada dia, guiada pela esperança e pela convicção de que é na diferença que se encontra o verdadeiro sentido do ato de educar.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação do Campo; Projeto Político-Pedagógico; Inclusão; Comunidade Escolar.

CAPÍTULO 12

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERCULTURALIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL DO CAMPO PONTA DE UBÁ: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E O PERTENCIMENTO EM PARANAGUÁ (PR)

Liane da Silva Sagaz
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-C

Desde sua fundação, em 1982, a Escola Municipal do Campo Ponta de Ubá, localizada na zona rural de Paranaguá (PR), tem construído uma trajetória sólida, marcada pela integração entre saberes locais e práticas pedagógicas transformadoras. Com uma comunidade escolar composta por 375 alunos e uma equipe de 36 professores, a instituição se destaca pela dedicação de seus educadores, que atuam de forma sensível e comprometida com a formação cidadã, promovendo uma educação que ultrapassa os limites da sala de aula e dialoga com as experiências de vida dos estudantes. Sua estrutura física é ampla e acolhedora, com 13 salas de aula, biblioteca, sala de recursos, quadra esportiva e refeitório, e o transporte escolar acessível, inclusive com ônibus adaptado, garante a inclusão de alunos de diferentes localidades, reafirmando o compromisso com a equidade. O ambiente escolar é reconhecido pela comunidade como um espaço de diálogo, cooperação e afetividade, onde se aprende também pelo convívio e pela partilha de saberes. O Projeto Político-Pedagógico (PPP), elaborado em 2017 e atualmente em processo de revisão, revela uma compreensão abrangente da educação como prática emancipatória e mediadora entre culturas, reconhecendo o papel da escola como elo entre saberes tradicionais e científicos. Essa concepção se materializa nas ações pedagógicas cotidianas e na postura dos educadores, que partem das experiências das famílias e do território para construir o aprendizado. Em entrevista concedida em abril de 2025, o coordenador escolar destacou o vínculo de confiança e empatia entre

docentes e discentes como um dos maiores diferenciais da instituição, evidenciando que o cuidado e a escuta são elementos estruturantes de uma escola verdadeiramente inclusiva. Esse ambiente de proximidade afetuosa fortalece os laços comunitários e transforma o espaço educativo em um território de pertencimento e solidariedade. A escola abriga um público diverso e heterogêneo, que reúne estudantes de origens rurais, ribeirinhas e urbanas, refletindo a pluralidade cultural que caracteriza a região litorânea do Paraná. Essa diversidade é vivenciada de forma positiva, sendo celebrada em eventos, feiras e projetos culturais que articulam tradição e contemporaneidade, transformando momentos festivos em experiências formativas. O reconhecimento das raízes caiçaras, das práticas de pesca artesanal e das tradições agrícolas locais perpassa o currículo e contribui para fortalecer a identidade dos estudantes, que aprendem a valorizar seu território e sua cultura como dimensões legítimas do conhecimento. A alimentação escolar, ainda que terceirizada, é bem avaliada e considerada um importante elo entre nutrição e educação; o coordenador ressalta, contudo, o potencial de incorporar alimentos e práticas culinárias típicas da região, reforçando a integração entre cultura, sustentabilidade e saúde. Nas práticas pedagógicas, sobressaem metodologias colaborativas e interdisciplinares, que estimulam o protagonismo dos estudantes e promovem a construção coletiva do saber. Projetos de pesquisa, trabalhos de campo e atividades comunitárias consolidam a relação entre natureza, cultura e sociedade, fortalecendo o senso de responsabilidade ambiental e social. Dentre as ações mais expressivas, destaca-se o projeto Cia Ambiental, desenvolvido em parceria com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, que aborda temas como biomas, cidadania, resíduos sólidos e patrimônio histórico, aproximando o currículo da realidade local e despertando a consciência ecológica dos alunos. Essas iniciativas reforçam o papel da escola como agente formador de uma cidadania ambiental enraizada em valores de respeito e corresponsabilidade. A inclusão escolar também se apresenta como pilar da proposta educativa. A presença de uma sala de recursos multifuncionais e o atendimento individualizado asseguram o acesso e a permanência de estudantes com deficiência, evidencian-

do o compromisso da escola com uma educação verdadeiramente para todos. Mesmo sem equipe multiprofissional completa, a instituição encontra soluções criativas e afetivas para acolher as necessidades de seus alunos, revelando que a inclusão se constrói diariamente nas atitudes, nas relações e na cultura escolar. A formação continuada dos professores, promovida pela Secretaria Municipal de Educação, vem fortalecendo essa dimensão, incentivando reflexões sobre diversidade, identidade e justiça social. Cada iniciativa, cada gesto e cada projeto reafirmam o compromisso da equipe com uma educação que valoriza as diferenças e reconhece o potencial de cada sujeito. Assim, a Escola se consolida como um território educativo de pluralidade, sensibilidade e esperança, em que a interculturalidade é vivida como prática cotidiana e não apenas como conceito teórico. O trabalho da equipe gestora e docente traduz a compreensão de que educar é um ato de afeto, diálogo e partilha, no qual a escuta e a convivência são caminhos para o crescimento coletivo. Em meio às belezas naturais e à riqueza cultural de Paranaguá, a escola floresce como símbolo de uma educação pública comprometida com o respeito à vida, à diversidade e à dignidade humana, provando que é pela valorização das diferenças que se constrói uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação do Campo; Projeto Político-Pedagógico; Sustentabilidade; Paranaguá.

CAPÍTULO 13

SABER, TRABALHO E CIDADANIA: A FORMAÇÃO INTEGRAL NA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE CANGUÇU

Cristiane Conrad de Souza
James Barbosa Pureza
Kelin Vitória Cavalheiro Fonseca
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-D

A Escola Técnica Estadual de Canguçu (RS) fundada em 1964, construiu uma identidade educativa fortemente enraizada nas práticas comunitárias e nos saberes do campo, reafirmando a importância da educação técnica como instrumento de emancipação social e de valorização das culturas locais. O presente relato tem como objetivo analisar como a escola incorpora os princípios da interculturalidade, da inclusão e da sustentabilidade em seu Projeto Político-Pedagógico. A escola atende atualmente 648 estudantes, distribuídos entre o Ensino Médio regular, o Curso Técnico em Agricultura (integrado e subsequente) e o Curso Técnico em Contabilidade, contando com uma equipe de 55 professores e uma estrutura física que reflete o dinamismo de seu projeto formativo. Organizada em quatro blocos principais, a instituição dispõe de salas de aula amplas, biblioteca, laboratórios de ciências e informática, auditório, quadra de esportes, refeitório, centro de convivência, alojamento estudantil e área agrícola de 50 hectares, onde são desenvolvidas atividades de ensino e pesquisa aplicadas à agroecologia e à produção sustentável. Essa estrutura, combinada ao acesso garantido ao transporte escolar e à oferta de alojamento gratuito para alunos de outros municípios, assegura condições equitativas de aprendizado e permanência, reforçando o compromisso da escola com a educação inclusiva e o direito à aprendizagem. O PPP da Escola Técnica Estadual de Canguçu, revisado em 2025, evidencia um modelo pedagógico que busca equilibrar os valores universais de cidadania, ética e justiça social com o respeito às especificidades

culturais e produtivas da região. Essa integração é visível na ênfase conferida à agricultura familiar, à cultura gaúcha, ao trabalho coletivo e à valorização dos saberes tradicionais, articulados com o conhecimento científico e técnico. O currículo promove a convivência entre diferentes culturas e formas de vida, fortalecendo o diálogo entre teoria e prática, campo e cidade, escola e comunidade. As metodologias propostas, baseadas em projetos interdisciplinares e investigativos, estimulam o protagonismo estudantil e a autonomia intelectual, tornando o aprendizado mais significativo e conectado às realidades socioculturais dos alunos. A entrevista realizada com a supervisora, em abril de 2025, revelou uma escola viva, participativa e comprometida com a inclusão e o bem-estar dos estudantes. O PPP foi construído coletivamente, com a participação de professores, alunos, famílias e o Conselho Escolar, garantindo representatividade e diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade educativa. A instituição destaca-se por suas atividades culturais e extracurriculares, como a Feira de Ciências e Profissões, o projeto Jovens Talentos, o grupo de teatro, o CTG interno e os jogos escolares, que estimulam a expressão artística e o respeito à diversidade. Tais eventos fortalecem o sentimento de pertencimento e consolidam a escola como espaço de convivência intercultural e celebração das identidades regionais. A interculturalidade também se manifesta nas ações pedagógicas que valorizam a agroecologia e a produção sustentável, integrando os conhecimentos técnicos à consciência ambiental e social. Projetos desenvolvidos em parceria com instituições como a Emater, o CETAC e os movimentos sociais do campo permitem a troca de experiências e a construção de saberes a partir da realidade dos agricultores familiares, promovendo uma formação técnica que dialoga com os desafios do território. Além disso, a escola mantém práticas de mediação de conflitos e de atendimento educacional especializado, que favorecem o respeito mútuo, a inclusão de alunos com deficiência e a prevenção de atitudes discriminatórias. A equipe pedagógica reconhece que o maior desafio ainda é ampliar a formação continuada dos professores e fortalecer a participação das famílias nas decisões e eventos escolares. Apesar disso, observa-se um esforço coletivo em promover a gestão democrática e a escuta

ativa, transformando a escola em um espaço de diálogo e construção conjunta. O envolvimento dos alunos em projetos comunitários e o incentivo à pesquisa aplicada fortalecem a compreensão crítica sobre as realidades rurais, despertando o senso de responsabilidade social e ambiental. A alimentação escolar, elaborada conforme as orientações da 5^a Coordenadoria Regional de Educação, preza pela qualidade nutricional e pela utilização de produtos oriundos da agricultura familiar, aproximando a merenda da identidade alimentar local. Essa conexão entre alimentação, cultura e sustentabilidade reforça o papel da escola como promotora da saúde, do cuidado e da valorização da vida. Em síntese, a Escola Técnica Estadual de Canguçu constitui-se como um referencial de excelência na educação do campo, aliando formação técnica, valores éticos e compromisso social. Seu PPP traduz uma concepção de educação que não separa o conhecimento técnico do humano, o trabalho da cultura, a teoria da prática. Mais do que um espaço de ensino, a escola é um território de pertencimento e transformação, onde a diversidade se converte em fonte de aprendizado e a interculturalidade se manifesta em gestos cotidianos de respeito, solidariedade e cooperação. Assim, a trajetória da instituição reafirma o poder da educação pública como instrumento de emancipação e diálogo entre saberes, demonstrando que, quando enraizada na realidade local e guiada por valores humanos, ela é capaz de transformar vidas e fortalecer comunidades.

Palavras-chave: Interculturalidade; Educação Técnica; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Agroecologia; Canguçu.

CAPÍTULO 14

EDUCAR COM AFETO: A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA ACOLHEDORA EM MORRO REDONDO/RS

Franc Islabão Duarte
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-E

Localizada no coração do município de Morro Redondo (RS), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alberto Cunha simboliza o compromisso da educação pública com a diversidade cultural, o diálogo entre saberes e a valorização das identidades locais. Fundada em 1937, a instituição consolidou, ao longo de décadas, um papel essencial na formação de gerações de estudantes, representando um ponto de encontro entre diferentes mundos sociais, culturais e econômicos. Com 402 alunos distribuídos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e um quadro de 46 professores, a escola abriga uma comunidade escolar heterogênea, composta por filhos de agricultores, trabalhadores urbanos, famílias de baixa renda e descendentes de imigrantes italianos e alemães, além de alunos e servidores oriundos da Comunidade Quilombola Vó Ernestina, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares. Essa pluralidade confere à instituição uma riqueza cultural singular, que se manifesta nas relações cotidianas, nas linguagens, nas práticas pedagógicas e na convivência democrática. O Projeto Político-Pedagógico (PPP), revisado em 2024, expressa uma concepção de educação voltada ao respeito, à inclusão e à formação humana integral. O documento evidencia o esforço em equilibrar princípios universais, como os direitos humanos e a igualdade de oportunidades, com o reconhecimento das realidades locais e das práticas culturais do território. Embora ainda careça de um aprofundamento nas ações voltadas explicitamente à educação intercultural, o PPP reflete a busca por um ensino contextualizado, que valoriza as experiências de vida dos alunos, suas famílias e as tradições que moldam o modo de ser e de viver da comunidade. A proposta pedagógica baseia-se na educação

dialógica e crítica, inspirada em concepções humanizadoras, que estimulam o autoconhecimento, a empatia e o respeito às diferenças como fundamentos da convivência escolar. A estrutura física da escola é ampla e acolhedora, com 16 salas de aula, biblioteca, brinquedoteca, laboratórios de ciências e informática, sala de recursos multifuncionais, quadra esportiva e auditório, espaços que favorecem o aprendizado e a convivência intercultural. As ações pedagógicas e culturais, como o Café Literário, a Feira do Conhecimento e a Festa da Família, estimulam o diálogo entre diferentes expressões culturais, promovendo o encontro entre o rural e o urbano, o tradicional e o contemporâneo, o individual e o coletivo. A alimentação escolar, organizada pela nutricionista do município, segue cardápios equilibrados e, em alguns projetos, busca valorizar os alimentos típicos da região, promovendo a integração entre cultura alimentar e educação para a sustentabilidade. A coordenação pedagógica, destaca que o grande diferencial da escola é sua capacidade de se reinventar a partir das experiências da comunidade. A instituição tem se mostrado sensível às transformações sociais e às novas demandas educativas, incorporando projetos e metodologias interdisciplinares que envolvem história, literatura, artes e tradições locais. O processo de construção do PPP foi participativo e democrático, incluindo professores, funcionários, famílias e estudantes, o que fortalece o sentimento de pertencimento e o compromisso coletivo com a missão educativa. Ainda que as políticas de interculturalidade não estejam plenamente sistematizadas, o cotidiano escolar revela uma prática pedagógica atenta à diversidade, que se traduz em valores de acolhimento, solidariedade e reconhecimento das diferenças. A escola adota uma metodologia reflexiva e crítica, que busca desenvolver o pensamento autônomo dos alunos e promover a análise das representações culturais, sociais e midiáticas. As discussões sobre diversidade, identidade e inclusão são integradas às disciplinas e às atividades extracurriculares, por meio de feiras culturais, oficinas e rodas de conversa. O atendimento educacional especializado (AEE) garante suporte pedagógico individualizado aos alunos com deficiência, e o acompanhamento psicológico oferece escuta e mediação de conflitos relacionados ao preconceito, ao bullying e às diferen-

ças socioeconômicas. Essas ações, ainda que enfrentem limitações estruturais e resistências, demonstram o empenho coletivo em consolidar uma escola inclusiva, democrática e sensível à pluralidade humana. Os desafios apontados pela equipe gestora envolvem a necessidade de ampliar a formação continuada dos docentes e de promover a participação mais ativa das famílias no cotidiano escolar. Apesar dessas dificuldades, observa-se um ambiente de cooperação e entusiasmo, onde cada conquista é compartilhada e celebrada como resultado do esforço conjunto. A instituição tem se destacado pelo comprometimento ético e afetivo de seus profissionais, que compreendem a educação como um ato de cuidado e transformação. Em síntese, a Escola reafirma o papel da escola pública como espaço de resistência, esperança e construção de cidadania. Suas práticas revelam que a interculturalidade não se resume a um conceito teórico, mas constitui um modo de ser e educar: um convite permanente ao diálogo, à escuta e à convivência respeitosa entre diferentes formas de vida. Em Morro Redondo, essa escola se consolida como um território educativo plural, onde a diversidade é fonte de aprendizado e onde a educação se enraíza nas experiências, na memória e nas vozes da comunidade que a sustenta.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação do Campo; Projeto Político-Pedagógico; Identidade; Morro Redondo.

CAPÍTULO 15

EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADANIA: A TRAJETÓRIA FORMATIVA DA ESCOLA ESTADUAL FELICIANO BARCELLOS NUNES (RS)

Erasmo Bonotto Pinheiro Crespo
Itatiara Bergmann Medeiros
Luana Rickes Prestes
Reginalda Bergmann Medeiros
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-F

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Feliciano Barcellos Nunes, situada na localidade de Coxilha do Fogo, 3º distrito de Canguçu (RS), constitui-se como um espaço vivo de aprendizagens, diversidade e construção cidadã. Desde sua criação, em 1948, a instituição tem desempenhado um papel relevante na formação de crianças e jovens das comunidades rurais, articulando práticas pedagógicas voltadas à valorização cultural, à inclusão e à promoção da convivência democrática. O presente relato tem como objetivo analisar como a escola incorpora os princípios da interculturalidade e da diversidade cultural em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas cotidianas, destacando ações que fortalecem o vínculo entre educação, identidade e território. A escola atende atualmente 71 alunos, distribuídos entre as etapas do Ensino Fundamental I e II, e conta com 14 professores comprometidos com uma prática educativa participativa, colaborativa e afetiva. O perfil sociocultural do corpo discente é marcado pela pluralidade: convivem ali descendentes de quilombolas, indígenas e imigrantes europeus, o que confere ao ambiente escolar uma riqueza de saberes e experiências que se refletem no cotidiano pedagógico. A estrutura física, composta por quatro salas de aula, sala de vídeo, biblioteca, refeitório, pátio coberto, pracinha, quadra poliesportiva, horta e centro de eventos, oferece condições adequadas para a realização de atividades diversificadas e integradoras, reforçando o papel da escola como espaço de convivência inter-

cultural e comunitária. O PPP, atualizado em março de 2025, foi construído de maneira coletiva e democrática, envolvendo professores, direção, estudantes, famílias, funcionários e representantes da comunidade local. Essa construção participativa assegura que o documento expresse os valores e as necessidades reais do território, consolidando uma proposta pedagógica orientada por princípios de igualdade, respeito, diálogo e pertencimento. Entre os pontos fortes identificados, destaca-se o compromisso com a educação inclusiva, a formação continuada de professores e a valorização das culturas locais como dimensões estruturantes do processo educativo. A supervisora escolar ressalta que a instituição desenvolve uma série de projetos e eventos culturais, abertos à comunidade, que favorecem o diálogo entre diferentes tradições e o fortalecimento das identidades regionais. A escola participa ativamente de atividades como a FestQuilombola, o CIENA (Círculo de Intercâmbio de Experiências Negras e Afrodescendentes) e a Mostra Científica Regional, que estimulam a troca de saberes e o reconhecimento das origens afro-brasileiras e quilombolas como parte do patrimônio cultural local. Além disso, o tradicional Grupo de Inverandas Artísticas, com 29 anos de atuação, representa um símbolo da valorização da cultura gaúcha e da arte como expressão identitária, apresentando-se em eventos como o ENART e a FEGAES, e promovendo o orgulho cultural e o sentimento de pertencimento. A escola também se destaca por adotar metodologias ativas e inclusivas, como projetos interdisciplinares, rodas de conversa, feiras culturais e atividades colaborativas que favorecem o protagonismo estudantil e a escuta das diferentes vozes que compõem o ambiente escolar. O currículo é diversificado e multicultural, incorporando conteúdos sobre a história e as contribuições dos povos indígenas, afro-brasileiros e imigrantes, além de promover uma educação antirracista e cidadã, conforme as diretrizes da Lei nº 10.639/2003. A formação continuada dos educadores, promovida pela 5ª Coordenadoria Regional de Educação, reforça o compromisso da instituição com a atualização pedagógica e o combate às discriminações. No que se refere à alimentação e ao transporte escolar, ambos seguem as diretrizes da Secretaria Estadual de Educação, garantindo acesso e segurança a todos os estudantes, in-

clusivas aos que residem em áreas mais afastadas. O Serviço de Orientação Educacional (SOE) e o atendimento educacional especializado (AEE) asseguram suporte emocional e pedagógico, reforçando a dimensão do cuidado e da empatia como elementos centrais da prática educativa. Essas ações demonstram que, mesmo com uma estrutura enxuta e desafios de recursos humanos, a escola tem conseguido construir um ambiente acolhedor, participativo e sensível à diversidade. Entre os principais desafios identificados estão a ampliação dos espaços de formação intercultural e o fortalecimento das parcerias com famílias e instituições culturais da região. Entretanto, a equipe escolar demonstra um compromisso coletivo admirável em transformar cada obstáculo em oportunidade de crescimento. A gestão democrática, o diálogo constante com a comunidade e o respeito às diferentes formas de ser e viver constituem a base de uma prática educativa que valoriza o humano e o território. Em síntese, a Escola reafirma o papel transformador como caminho para uma escola mais justa, criativa e solidária. Sua trajetória evidencia que, quando a comunidade participa e a escola se abre à diversidade, o processo educativo se torna um ato de resistência e esperança. Em Canguçu, essa instituição representa mais do que um espaço de ensino, é um território de encontro, diálogo e pertencimento, onde a pluralidade cultural floresce como fundamento de uma educação verdadeiramente democrática e humanizadora.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação do Campo; Projeto Político-Pedagógico; Inclusão; Canguçu.

CAPÍTULO 16

EDUCAÇÃO E COMUNIDADE: O PERTENCIMENTO CULTURAL NA ESCOLA IRMÃ MARIA FIRMINA SIMON (RS)

Alice Volz Bohm
Daiana Schmidt Peter
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-G

Localizada na comunidade da Vila das Pinheiras, no município de Canjuçu (RS), a Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmã Maria Firmina Simon, fundada em 1999, vem construindo uma trajetória marcada pela participação comunitária e pelo compromisso com uma formação cidadã, crítica e humanizadora. O presente relato tem como objetivo analisar como a escola articula, em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e nas práticas cotidianas, os princípios da interculturalidade, da diversidade cultural e da educação inclusiva. Com 408 alunos e uma equipe composta por 60 profissionais, entre professores, funcionários e estagiários, a escola acolhe estudantes de diferentes contextos socioculturais, provenientes principalmente de famílias trabalhadoras da periferia urbana, diaristas, pequenos comerciantes e servidores públicos. Essa heterogeneidade social contribui para um ambiente educativo plural, em que convivem diferentes visões de mundo, tradições e modos de vida. A estrutura física da escola é ampla e funcional, com dez salas de aula, biblioteca, quadra poliesportiva, refeitório, pracinha, sala de recursos multifuncionais, além de espaços administrativos e áreas de convivência que favorecem o diálogo e a integração entre alunos e comunidade. O PPP da escola, atualizado em 2023/2024, evidencia uma compreensão madura da educação como prática social transformadora, que destaca a importância de um currículo que reconheça e valorize a cultura local, vinculando o conhecimento escolar às experiências e saberes dos estudantes. As metodologias propostas enfatizam a formação integral do ser humano, o respeito à diversidade e a participação ativa da comunidade es-

colar. A proposta curricular integra os princípios da Base Nacional Comum Curricular e das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da história e da cultura afro-brasileira e indígena, reforçando o compromisso da escola com a educação intercultural e o combate às desigualdades étnico-raciais. A análise do PPP revela uma abordagem equilibrada entre universalismo e relativismo, conciliando valores universais, como a dignidade, a justiça social e a cidadania, com o respeito às especificidades culturais locais. Essa postura se manifesta na ênfase à convivência democrática, ao pensamento crítico e ao reconhecimento da diversidade como fonte de aprendizado e não de conflito. As práticas pedagógicas incluem projetos interdisciplinares, rodas de conversa, atividades artísticas e culturais, e feiras do conhecimento que estimulam o protagonismo dos estudantes e o diálogo entre diferentes tradições culturais. Durante a entrevista com a coordenação pedagógica, realizada em maio de 2025, foi destacado o esforço contínuo da escola em promover uma educação inclusiva e democrática, que reconhece as culturas presentes na comunidade e busca valorizá-las por meio de eventos, cirandas, banda musical e coral, além da participação em atividades culturais promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes, como festivais que celebram a cultura alemã-pomerana, quilombola e gaúcha. Essas ações fortalecem o sentimento de pertencimento e contribuem para a formação cidadã e intercultural dos estudantes. O trabalho de inclusão escolar é uma das marcas mais fortes da instituição. A atuação da sala de AEE e o acompanhamento das famílias asseguram o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, em consonância com os princípios da educação para todos. O atendimento é realizado de forma colaborativa e humanizada, com foco no desenvolvimento integral e na superação das barreiras atitudinais e pedagógicas. A equipe também procura orientar as famílias e articular parcerias com serviços de saúde e rede de apoio social, reforçando a dimensão ética e comunitária da prática educativa. A escola demonstra ainda uma sólida gestão democrática, com a atualização anual do PPP de maneira participativa, envolvendo professores, famílias e estudantes. Esse processo garante que as decisões pedagógicas estejam alinhadas às demandas reais da comunidade e que o projeto

educacional mantenha-se dinâmico, vivo e coerente com a realidade sociocultural em que está inserido. A alimentação escolar, elaborada por nutricionista, é considerada adequada e equilibrada, ainda que o desafio de incorporar saberes e tradições alimentares locais ao cardápio permaneça como uma possibilidade futura de integração pedagógica e cultural. Outro aspecto notável é o compromisso com a formação docente. Há um esforço coletivo para fortalecer uma pedagogia que une empatia, diálogo e reconhecimento da diversidade como valores essenciais da convivência escolar. A instituição também promove ações de sensibilização e palestras temáticas sobre respeito, preconceito e cidadania, criando um ambiente acolhedor e harmonioso, onde as diferenças são tratadas como oportunidade de crescimento. Em síntese, a Escola consolida-se como um território educativo de pluralidade e pertencimento, em que a diversidade é compreendida como um elemento constitutivo da formação humana. Seu PPP reflete um projeto de educação pública que ultrapassa os limites da sala de aula, envolvendo comunidade, cultura e território. As ações desenvolvidas reafirmam o papel da escola como espaço de resistência, esperança e transformação social, mesmo diante dos desafios estruturais e formativos.

Palavras-chave: Educação Intercultural; Diversidade Cultural; Inclusão; Projeto Político-Pedagógico; Cidadania; Canguçu.

CAPÍTULO 17

TERRITÓRIO, CULTURA E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA ESCOLA ALBINO FANTIN NA FORMAÇÃO CIDADÃ EM HORIZONTINA

Daiane S. Valdameri
Renée Cajuste
Rosangela Bastos
Sirlei Magali Roglin
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-H

A Escola Estadual de Ensino Básico Albino Fantin, localizada no bairro homônimo, em Horizontina (RS), desde sua criação, em 1968, tem desempenhado um papel central na formação de jovens e adultos do município, tornando-se referência pela qualidade do ensino e pela promoção de uma convivência pautada na empatia, na solidariedade e no respeito às diferenças. Com 398 estudantes matriculados no Ensino Médio e no Curso Técnico em Administração, e uma equipe de 42 professores e nove funcionários, a instituição constrói diariamente uma prática educativa fundamentada na ética, na autonomia e na participação social. O presente relato busca compreender como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas cotidianas expressam os princípios da interculturalidade, da diversidade e da identidade local. O PPP, atualizado em 2024, demonstra uma concepção de educação orientada por valores humanistas e por fundamentos freireanos, valorizando a construção coletiva do conhecimento e a vivência democrática como caminho de aprendizagem, refletindo o compromisso com a formação integral do estudante. A proposta pedagógica busca integrar princípios universais de cidadania, igualdade e justiça social com o reconhecimento das tradições e saberes locais, equilibrando o global e o regional em um processo que enriquece o currículo e fortalece a identidade territorial. A estrutura física da escola reforça essa visão humanizadora: ambientes amplos, iluminados e climatizados oferecem condições adequadas para o aprendiza-

do e a convivência. A instituição conta com biblioteca, auditório, laboratórios de ciências e informática, quadra poliesportiva, pátio arborizado, refeitório e banheiros adaptados, além de espaços de convivência comunitária, frequentemente utilizados para apresentações culturais, feiras e rodas de conversa. A alimentação escolar, orientada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é planejada por nutricionista e prioriza o equilíbrio nutricional, ao mesmo tempo em que incentiva debates pedagógicos sobre sustentabilidade, hábitos alimentares e cultura alimentar regional. Em entrevista, a coordenadora pedagógica destacou que a escola se enxerga como uma comunidade viva de aprendizagem, construída pelo diálogo entre professores, estudantes e famílias. Essa visão se concretiza por meio de assembleias escolares, projetos interdisciplinares, dinâmicas de grupo e eventos culturais, que promovem o encontro entre diferentes realidades socioculturais e fortalecem o sentido de pertencimento. Dentre as ações de destaque estão a Semana da Consciência Negra, o Dia dos Povos Indígenas e o projeto Arte e Ancestralidade, desenvolvido na disciplina de Artes, no qual os alunos produzem obras inspiradas nas culturas afro-brasileira e indígena. Essas iniciativas demonstram que a escola entende a interculturalidade como prática cotidiana e como instrumento pedagógico de transformação e empatia. Mesmo inserida em um contexto social marcado pela predominância de descendentes de alemães e italianos, somados a migrantes do Norte e Nordeste do país, a escola reconhece essa diversidade como riqueza formativa e não como obstáculo. Esse mosaico cultural é o ponto de partida para reflexões sobre identidade, convivência e cidadania, permitindo que o aprendizado se conecte com as experiências concretas dos estudantes e suas famílias. O PPP foi elaborado de forma participativa, envolvendo professores, direção, pais e alunos, o que assegura representatividade e compromisso coletivo na construção da proposta pedagógica. As estratégias metodológicas da escola são inovadoras e diversificadas. O uso de projetos interdisciplinares, pesquisas de campo, entrevistas com familiares e oficinas temáticas estimula o protagonismo dos estudantes e a valorização dos saberes populares. A presença de orientadora educacional e o apoio psicológico fornecido pela rede municipal

de saúde contribuem para a mediação de conflitos e o enfrentamento de situações de discriminação ou preconceito, reafirmando o cuidado integral com o ser humano. Entre os desafios, a equipe pedagógica reconhece a necessidade de ampliar as oportunidades de formação continuada em educação intercultural e a oferta de materiais didáticos que contemplem a pluralidade cultural brasileira. Ainda assim, destaca-se o empenho e a criatividade dos docentes, que, mesmo com recursos limitados, desenvolvem práticas colaborativas, inclusivas e contextualizadas. A participação das famílias é outro ponto forte: eventos como feiras culturais, festas juninas e mostras de projetos promovem o intercâmbio entre gerações e fortalecem os vínculos entre escola e comunidade, transformando o espaço educativo em território de diálogo e afetividade. Em síntese, a Escola reafirma o valor da educação pública como instrumento de transformação social e cultural. Sua trajetória evidencia que a interculturalidade não é apenas um princípio teórico, mas uma vivência concreta, expressa no respeito, na escuta e na convivência solidária entre diferentes sujeitos e saberes. Ao valorizar o conhecimento do outro e promover a convivência entre culturas, a escola constrói um território educativo plural e inclusivo, onde a diversidade se converte em fonte de aprendizado e cidadania. Em Horizontina, essa instituição simboliza a força de uma educação humanizadora, que faz da escola não apenas um lugar de ensino, mas de esperança, pertencimento e transformação.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação Inclusiva; Projeto Político-Pedagógico; Identidade Local; Horizontina.

CAPÍTULO 18

CULTURA E IDENTIDADE EM DIÁLOGO: A ESCOLA ESTADUAL PEDRO MEINERZ - SANTA ROSA/RS

Rosângela Marisa de Bastos
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-1

A Escola Estadual de Ensino Médio Pedro Meinerz, situada no bairro Timbaúva, em Santa Rosa (RS), representa um espaço de educação pública comprometido com a formação cidadã, a diversidade cultural e a convivência democrática. Fundada em 1980, a instituição consolidou-se como referência na região, atendendo 693 estudantes distribuídos entre o Ensino Fundamental, Médio e Técnico, com o apoio de 52 professores que atuam com sensibilidade e dedicação. Este relato busca compreender como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas cotidianas da escola expressam o compromisso com a interculturalidade, a inclusão e o respeito às identidades culturais, valorizando as múltiplas vozes que compõem o cotidiano escolar. A análise do PPP, revisado em 2025, revela uma proposta pedagógica fundamentada nos princípios da educação democrática e humanizadora, reconhecendo a pluralidade cultural como riqueza e força educativa. O documento busca integrar saberes locais e universais, afirmando a escola como um espaço de construção coletiva, em que o aprendizado nasce do diálogo entre culturas. Essa concepção pedagógica reflete um equilíbrio entre valores universais, como solidariedade e justiça social, e o reconhecimento das particularidades culturais do território, marcado pela diversidade étnica e social. O PPP propõe uma educação contextualizada, que relaciona o currículo às vivências dos alunos e às histórias das famílias. Feiras culturais, projetos interdisciplinares e atividades artísticas promovem o reconhecimento das culturas locais, fortalecem a identidade e despertam o sentimento de pertencimento. A escola valoriza a história e as tradições da região, estimulando o pensamento crítico e a compreensão da cultura como parte

essencial da formação cidadã. Projetos de literatura afro-brasileira e indígena, bem como atividades ligadas à consciência racial e de gênero, demonstram o esforço contínuo de transformar o ambiente escolar em um território de representatividade e respeito. A entrevista com a coordenadora pedagógica, realizada em junho de 2025, reforça essa visão humanizadora. Ela destaca que a escola acolhe alunos de diferentes origens socioculturais, incluindo migrantes e refugiados latino-americanos e africanos, como haitianos, venezuelanos e senegaleses. Essa diversidade amplia o diálogo e enriquece o ambiente educativo, tornando a convivência intercultural uma oportunidade de crescimento ético e pedagógico. Para a coordenadora, o desafio é permanente, mas essencial: educar para a empatia, a escuta e o reconhecimento do outro como sujeito de saber. A estrutura física da escola favorece a integração e o acolhimento. São 15 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática, duas quadras esportivas e refeitório, além de áreas abertas que abrigam rodas de conversa, oficinas e feiras multiculturais. Mesmo sem um centro cultural fixo, os espaços são flexíveis e utilizados para eventos que fortalecem os laços entre escola e comunidade. A alimentação escolar, orientada pelo PNAE, é elaborada por nutricionistas e valoriza produtos regionais e da agricultura familiar, unindo nutrição, cultura e sustentabilidade. Em festas e eventos, a culinária torna-se expressão de identidade e pertencimento, compartilhando sabores e memórias. As práticas pedagógicas revelam uma escola ativa e participativa, que transforma a diversidade em experiência de aprendizagem. Projetos como “Abril Indígena”, “Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha” e “Consciência Negra” envolvem toda a comunidade escolar, reafirmando o papel da educação na construção de uma sociedade plural e justa. Os professores adotam metodologias colaborativas, como pesquisas, oficinas temáticas e narrativas de vida, possibilitando aprendizagens significativas e conectadas à realidade dos estudantes. A formação docente é outro destaque. A equipe participa de capacitações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), abordando educação das relações étnico-raciais, valorização das culturas afro-brasileira, indígena e migrante, além da mediação de conflitos culturais. Apesar das limitações de recursos, há

um compromisso coletivo em manter um ambiente de ensino ético, empático e inclusivo. Entre os desafios, a escola reconhece a necessidade de profissionais especializados, psicólogos e assistentes sociais — e de maior articulação com políticas públicas voltadas à diversidade. Mesmo diante das adversidades, a Escola Pedro Meinerz demonstra uma notável capacidade de transformação e inovação pedagógica. Professores e gestores constroem práticas baseadas no diálogo e na cooperação, transformando diferenças em oportunidades de aprendizagem. O envolvimento das famílias é expressivo: conselhos escolares, feiras e festivais aproximam gerações e fortalecem o sentimento de comunidade, consolidando a escola como território de pertencimento e cidadania. Em síntese, a Escola Estadual de Ensino Médio Pedro Meinerz constitui uma experiência exemplar de educação intercultural na rede pública gaúcha, expressando em seu PPP o compromisso com uma formação que une conhecimento, cultura e sensibilidade humana. Sua trajetória confirma que a interculturalidade é uma prática viva, que se manifesta no cotidiano escolar e nas relações humanas. Em Santa Rosa, a escola reafirma o papel da educação pública como espaço de diálogo, esperança e transformação social.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação Pública; Projeto Político-Pedagógico; Identidade Local; Santa Rosa.

CAPÍTULO 19

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE NO COLÉGIO ESTADUAL CRISTÓVÃO PEREIRA: UM CAMINHO PARA A INTERCULTURALIDADE EM SANTIAGO (RS)

Ana Paula Bolsan Sagrilo

Edimara Silva da Luz

Vera Lúcia Chaves Rosa

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-J

Localizado no centro de Santiago (RS), o Colégio Estadual Cristóvão Pereira fundado em 1949, consolidou-se como referência regional no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atualmente, atende 358 estudantes, com o apoio de 33 professores dedicados e uma equipe pedagógica que atua com sensibilidade e compromisso ético. O presente relato tem como objetivo compreender de que forma o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas educativas cotidianas da instituição expressam os princípios da interculturalidade, inclusão e valorização da diversidade cultural. A análise do PPP, atualizado em 2022, revela uma proposta pedagógica orientada por valores humanistas e freireanos, que reconhece a diversidade como elemento essencial da aprendizagem, apresentando uma concepção de educação que ultrapassa o ensino tradicional, valorizando os saberes locais, as histórias de vida e as experiências culturais dos estudantes. O currículo é construído de modo interdisciplinar e contextualizado, incorporando temas ligados à história e cultura afro-brasileira e indígena, em consonância com a Lei 11.645/2008, e promovendo o respeito às diferenças como base para a convivência democrática. Essa abordagem amplia o papel da escola como mediadora entre saberes, fortalecendo o vínculo com a comunidade e o território em que está inserida. A instituição adota um currículo multicultural, que busca o equilíbrio entre valores universais, como

igualdade, solidariedade e direitos humanos, e o respeito às especificidades culturais locais. As atividades pedagógicas incluem feiras culturais, eventos temáticos, rodas de conversa e oficinas, nas quais os estudantes expressam suas identidades e partilham tradições. O PPP enfatiza que todos os espaços da escola são potencialmente pedagógicos e que a construção do conhecimento ocorre também nas relações cotidianas, nos vínculos afetivos e no diálogo entre diferentes visões de mundo. A estrutura física do colégio reflete o cuidado com o acolhimento e a acessibilidade: são 10 salas de aula climatizadas e conectadas à internet, biblioteca, sala de recursos multifuncionais, auditório, laboratório de ciências, quadras esportivas, refeitório e espaços de convivência. A escola dispõe ainda de salas temáticas, como a de ciências e a de jogos, que favorecem a interdisciplinaridade e a aprendizagem lúdica. Essa infraestrutura moderna e inclusiva é utilizada não apenas para o ensino formal, mas também para atividades culturais e comunitárias, fortalecendo o sentimento de pertencimento dos alunos e das famílias. Na entrevista com a supervisora pedagógica, realizada em maio de 2025, foi possível observar o empenho da equipe em consolidar uma escola aberta ao diálogo e à diversidade. A gestora destaca que o PPP foi construído de maneira participativa, com o envolvimento de toda a comunidade escolar, professores, alunos, pais e funcionários, refletindo um compromisso coletivo com a inclusão e o respeito às múltiplas identidades. A supervisora ressalta que o ambiente é permeado por práticas de escuta ativa, empatia e convivência ética, pilares que sustentam o projeto educativo da instituição. A escola promove ações de valorização da diversidade cultural, como projetos interdisciplinares, campanhas antidiscriminatórias, celebrações de datas simbólicas (Dia da Consciência Negra, Dia dos Povos Indígenas, Semana da Diversidade) e feiras culturais que integram famílias e comunidade. Tais atividades são reconhecidas por sua capacidade de fomentar o respeito mútuo e ampliar o olhar dos alunos sobre as diferentes realidades sociais. O colégio também investe em formação continuada de professores, com cursos e palestras oferecidos pela SEDUC. No que diz respeito à alimentação e ao tempo integral, os estudantes realizam quatro re-

feições diárias, seguindo cardápios elaborados por nutricionistas da rede estadual. Embora o cardápio siga diretrizes padronizadas, a escola reconhece o potencial pedagógico de incorporar elementos da cultura alimentar regional, relacionando nutrição, identidade e sustentabilidade. A inclusão escolar é tratada como prioridade. A presença de sala de recursos, a adaptação curricular e a elaboração de Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) garantem o atendimento às diferentes necessidades dos alunos. O trabalho da equipe pedagógica é reforçado pela parceria com a orientação educacional, que promove rodas de conversa e atividades socioemocionais para enfrentar situações de preconceito, desenvolver empatia e fortalecer os vínculos de convivência. Os principais desafios apontados envolvem a carga burocrática, a limitação de recursos e a resistência à mudança por parte de alguns segmentos. Contudo, esses obstáculos têm sido superados pelo comprometimento do corpo docente e pela participação ativa das famílias. Essa união entre escola e comunidade tem sido fundamental para consolidar um ambiente educativo pautado na solidariedade e no respeito mútuo. Em síntese, o Colégio afirma-se como um território educativo plural e humanizador, no qual a interculturalidade é vivenciada como prática cotidiana e não apenas como princípio teórico. A escola expressa o valor da educação pública como espaço de acolhimento, diálogo e transformação social. Sua trajetória revela que a diversidade é a força que impulsiona o aprendizado, e que a convivência democrática constitui o verdadeiro fundamento de uma educação libertadora e cidadã.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Educação Inclusiva; Projeto Político-Pedagógico; Cidadania; Santiago.

CAPÍTULO 20

ONDE O SABER FLORESCE: A ESCOLA TITO BECCON E A EDUCAÇÃO COMO ENCONTRO NO CAMPO EM SANTIAGO/RS

Jean Marco Vargas Lopes
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-K

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Tito Beccon, situada na comunidade rural de Passo do Rosário, interior de Santiago (RS), fundada em 1953, consolidou-se como referência na formação das novas gerações do meio rural. Atualmente atende 84 alunos de diferentes localidades, sob a orientação de uma equipe composta por 12 professores que atuam de forma comprometida, sensível e colaborativa. O presente relato tem como objetivo compreender de que maneira o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e as práticas educativas cotidianas da escola expressam os princípios da interculturalidade, da valorização das identidades locais e da formação cidadã. A análise do PPP, atualizado em 2023, revela uma proposta pedagógica baseada em fundamentos freireanos e nos valores da educação do campo, enfatizando o protagonismo dos estudantes e o diálogo entre saberes. O documento propõe uma educação comprometida com a justiça social, com o respeito às diferenças e com o fortalecimento dos vínculos comunitários, destacando que o processo de ensino e aprendizagem deve partir da realidade dos alunos e das experiências vividas em seu território. Ainda que o tema da interculturalidade não esteja amplamente sistematizado no texto, as práticas observadas demonstram um olhar atento à diversidade e à valorização das culturas locais, especialmente aquelas que refletem o modo de vida, os costumes e as tradições do campo. A estrutura curricular evidencia a tentativa de articular o conhecimento científico com os saberes empíricos da comunidade, reconhecendo a riqueza das práticas cotidianas como fonte de aprendizado e de construção identitária. Projetos interdisciplinares, feiras

temáticas e atividades de campo são utilizados como estratégias pedagógicas que aproximam o conteúdo escolar da vivência dos alunos, favorecendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. A entrevista com a diretora, realizada em junho de 2025, revela uma escola cuja gestão se pauta pela ética, pelo diálogo e pela valorização da coletividade. A gestora destaca o empenho de toda a equipe em promover uma educação que fortaleça o sentimento de pertencimento e o respeito mútuo, evidenciando a importância de cultivar vínculos afetivos como base para o aprendizado. As comemorações da Semana Farroupilha, os projetos alusivos ao Dia da Consciência Negra e as atividades de integração com a comunidade refletem o compromisso da escola com a pluralidade e o reconhecimento das diferentes expressões culturais presentes no território. A estrutura física, embora simples, é funcional e acolhedora, composta por seis salas de aula, biblioteca com espaço de informática, refeitório, quadra coberta e áreas verdes que servem como ambientes de convivência e aprendizado. Esses espaços são constantemente utilizados para oficinas, brincadeiras e atividades artísticas, reforçando a ideia de que aprender é também um ato de encontro e partilha. O transporte escolar gratuito assegura o acesso dos alunos de regiões mais afastadas, reafirmando o princípio da equidade e da inclusão que orienta o trabalho institucional. A alimentação escolar, planejada conforme as diretrizes nutricionais da rede municipal, é enriquecida com produtos provenientes da agricultura familiar, o que fortalece a economia local e aproxima os estudantes das práticas sustentáveis de produção e consumo. As metodologias pedagógicas adotadas buscam promover o diálogo, a autonomia e o trabalho coletivo, priorizando a construção de saberes a partir da realidade dos alunos. Embora ainda não haja uma política formal de formação continuada voltada especificamente à interculturalidade, os professores participam de capacitações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, que abordam temas relacionados à diversidade, inclusão e metodologias participativas. A inclusão é tratada de forma ética e solidária, com acompanhamento especializado para estudantes com necessidades educacionais específicas, contando com o apoio de professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da equipe

multidisciplinar da secretaria municipal. O envolvimento das famílias constitui um dos pilares da instituição, manifestando-se em reuniões, projetos colaborativos e festas escolares que fortalecem a interação entre escola e comunidade e valorizam os saberes populares transmitidos entre gerações. Mesmo diante de desafios como a escassez de recursos, a ausência de formação intercultural sistemática e a limitação de materiais didáticos contextualizados, a Escola Tito Beccon demonstra uma notável capacidade de reinvenção e de fortalecimento da identidade coletiva. O comprometimento dos educadores, a confiança das famílias e o vínculo com o território transformam o espaço escolar em um ambiente de esperança e pertencimento, onde a educação se constrói de forma dialógica, sensível e participativa. Em síntese, a trajetória da Escola expressa uma pedagogia do campo que valoriza as raízes culturais e o protagonismo dos sujeitos, reafirmando que a interculturalidade não é apenas um conceito teórico, mas uma prática cotidiana que se manifesta na convivência, no respeito e na partilha de experiências. Ao unir tradição e inovação, a instituição reafirma o poder da escola pública rural como espaço de transformação social, de formação humana e de celebração da diversidade.

Palavras-chave: Educação do Campo; Interculturalidade; Diversidade Cultural; Projeto Político-Pedagógico; Cultura Local; Santiago.

CAPÍTULO 21

ENTRE O FECHAMENTO E A RESISTÊNCIA: CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM SÃO GABRIEL/RS

Dinarte Teixeira Júnior
Ana Paula de Souza Vivian
Dirlene Isabel Pedroso de Oliveira
Juliana dos Santos Lima
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-L

O presente estudo analisa a trajetória, as especificidades e os desafios da Educação do Campo no município de São Gabriel, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, compreendendo como as transformações históricas e políticas moldaram as escolas rurais e suas práticas educativas. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo, privilegia a análise interpretativa, valorizando as experiências locais e a profundidade dos fenômenos educacionais. O contexto histórico de São Gabriel remonta às reduções jesuíticas fundadas em 1682, destinadas à catequização dos povos indígenas. A presença dos missionários espanhóis estruturou os primeiros modos de produção e de sociabilidade, mas também instaurou processos de dominação cultural. Com o Tratado de Madri, em 1750, o território passou ao domínio português, forçando a retirada dos jesuítas e o deslocamento dos indígenas, o que culminou na Guerra Guaranítica. Esses episódios deixaram marcas profundas na organização social e no acesso à terra e à educação, condicionando o desenvolvimento regional e a vida no campo. Ao longo do tempo, consolidou-se uma economia agropecuária baseada na grande propriedade, o que contribuiu para a dispersão das comunidades rurais e a dificuldade de acesso a políticas públicas. Nesse cenário, as escolas do campo desempenharam papel essencial na socialização e na transmissão de saberes locais, atuando como espaços de convivência e de preservação cultural. Por décadas, as escolas multisseriadas atenderam famílias de áreas distantes, integrando educação, comunidade e

produção. Nas últimas décadas, políticas de reorganização administrativa alteraram significativamente essa realidade. O processo de nucleação escolar, implantado para racionalizar recursos, resultou no fechamento de 41 escolas rurais, restando apenas cinco polos com ensino fundamental completo. A decisão ocorreu sem consulta às comunidades, restringindo-se a discutir a localização das novas escolas. Essa ausência de diálogo reforçou o distanciamento entre políticas públicas e necessidades locais. Os impactos da nucleação foram amplos. O aumento das distâncias percorridas pelos estudantes, a desarticulação das comunidades e a perda dos vínculos simbólicos com a escola enfraqueceram a identidade do campo. As escolas multisseriadas, que promoviam o aprendizado contextualizado e solidário, foram substituídas por instituições centralizadas, guiadas por uma lógica urbana e homogeneizadora. O resultado é a perda de uma educação que refletia os modos de vida rurais e suas especificidades. A Educação do Campo em São Gabriel expressa, assim, tensões entre eficiência administrativa e compromisso social. As comunidades rurais são diversas, com distintas formas de organização, produção e cultura, o que exige políticas educacionais territorializadas e sensíveis às realidades locais. A homogeneização pedagógica limita o potencial emancipador da educação, afastando-a do papel transformador que historicamente desempenhou. Nesse contexto, a contextualização curricular surge como elemento central. É essencial que os conteúdos escolares dialoguem com o território, com os ciclos da natureza e com os saberes tradicionais, promovendo uma aprendizagem significativa e crítica. A escola deve ser espaço de valorização da identidade camponesa, articulando conhecimento científico e experiência comunitária para formar sujeitos autônomos e conscientes de seu papel social. Persistem, contudo, desafios estruturais, como a precariedade do transporte, a falta de conectividade, a carência de recursos pedagógicos e a ausência de formação continuada específica para docentes rurais. Superá-los requer cooperação entre as esferas municipal e estadual e um planejamento voltado à permanência digna dos estudantes no campo. Entre as alternativas possíveis, destacam-se a reabertura de escolas multisseriadas próximas às comunidades

e a ampliação da oferta de ensino médio nas escolas-polo, mediante parcerias entre Estado e Município. Essas ações favoreceriam o retorno da escola como espaço comunitário e garantiriam o acesso à educação básica completa sem o afastamento dos jovens de seus territórios. A análise permite concluir que a Educação do Campo em São Gabriel reflete os dilemas das políticas educacionais rurais brasileiras: o conflito entre racionalização econômica e direito à educação contextualizada. Mesmo diante das adversidades, as comunidades mantêm práticas educativas baseadas na solidariedade e na resistência, reafirmando a escola como território de pertencimento e de produção de saberes. Fortalecer a Educação do Campo é, portanto, afirmar o direito à diversidade, à cultura e à cidadania, reconhecendo o campo como espaço de vida, conhecimento e transformação social.

Palavras-chave: Educação do Campo; Nucleação Escolar; Políticas Educacionais; Saberes Locais; Território; Identidade.

CAPÍTULO 22

ENTRE O SILENCIO E A MEMÓRIA: O LEGADO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO DISTRITO DE BOCA DO MONTE, EM SANTA MARIA/RS

Elisandra Fraga Pinheiro

Douglas Maxx Stopp

Eloiza Bidel

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-M

O presente trabalho busca resgatar a memória e as vivências das antigas escolas do campo localizadas no distrito de Boca do Monte, em Santa Maria/RS, a fim de compreender sua importância histórica e o papel que desempenharam no desenvolvimento educacional e social da comunidade local. A investigação surgiu como atividade do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSM, e propôs-se a reunir informações, relatos e registros que contribuam para preservar a história da educação rural da região. Nas últimas três décadas, o distrito de Boca do Monte presenciou o fechamento de diversas escolas do campo, cujos alunos foram realocados para instituições centralizadas. Essa política de nucleação, embora justificada por motivos administrativos e econômicos, resultou na perda de importantes espaços de socialização e formação cultural, que historicamente serviram como centros de convivência, aprendizado e construção de identidade comunitária. A ausência de registros oficiais sobre essas escolas faz com que parte significativa da história local permaneça invisível, restando apenas a memória de professores, estudantes e moradores que vivenciaram o cotidiano escolar nesses espaços. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo, baseou-se em entrevistas semiestruturadas realizadas com ex-professores, ex-alunos e moradores da região, além da coleta de documentos e fotografias históricas junto à subprefeitura de Boca do Monte. O estudo teve como foco principal a antiga Escola Ernesto

Moro, localizada no logradouro de Lajeadinho, interior do distrito, escolhida por sua relevância simbólica e por representar o modelo de escola rural que marcou a educação de gerações. As atividades de campo foram realizadas entre março e julho de 2023, envolvendo visitas às famílias e levantamento de informações sobre o funcionamento e a rotina da instituição. Os relatos obtidos revelam a força de uma comunidade unida em torno da escola, que funcionava como espaço de aprendizado e convivência, integrando alunos, professores e famílias em atividades pedagógicas e culturais. As memórias dos entrevistados ressaltam o comprometimento dos docentes, que enfrentavam adversidades estruturais e logísticas, mas mantinham o propósito de garantir o acesso à educação de qualidade. As descrições incluem lembranças de eventos culturais, festividades, reuniões comunitárias e aulas realizadas em condições simples, mas permeadas por vínculos afetivos e por um forte senso de pertencimento. Segundo os depoimentos, a escola constituía um ponto de referência para a vida social e cultural do Lajeadinho, promovendo não apenas o ensino formal, mas também a integração comunitária e a valorização dos saberes locais. Seu fechamento, ocorrido em meio ao processo de centralização das escolas rurais, foi sentido como uma perda irreparável. Ex-professores e moradores relatam o impacto emocional e simbólico desse encerramento, visto que a instituição representava um elo entre gerações e um espaço de construção coletiva do conhecimento. Além de recuperar essas memórias, o estudo reflete sobre o processo de descontinuidade das políticas educacionais voltadas ao campo e sobre a necessidade de registrar a história das escolas que contribuíram para a formação de comunidades inteiras. Preservar esses relatos significa reconhecer a relevância das escolas rurais na formação humana e na manutenção da identidade cultural das populações do interior. Conclui-se que as experiências vividas na Escola Ernesto Moro e em outras instituições semelhantes do distrito de Boca do Monte são parte essencial da história da educação do campo em Santa Maria. Embora as estruturas físicas tenham sido desativadas, as lembranças e os ensinamentos permanecem vivos na memória coletiva da comunidade, reafirmando a importância

da escola como espaço de saber, resistência e pertencimento. Registrar essas trajetórias é, portanto, um ato de reconhecimento e de valorização da história local, fundamental para que as novas gerações compreendam o legado e a força da educação do campo.

Palavras-chave: Educação do Campo; Escolas Rurais; Memória e Identidade; Boca do Monte; História Local.

CAPÍTULO 23

EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS DE TRANSIÇÃO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Douglas Stopp
Elisandra Fraga Pinheiro
Eloiza Bidel
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-N

O presente estudo reflete sobre a inserção da agroecologia como eixo formativo no espaço escolar, tendo como campo de análise a Escola Estadual de Ensino Médio José Luchese, localizada em Lagoa Bonita do Sul (RS). O objetivo foi compreender de que modo os conteúdos e práticas pedagógicas vêm incorporando os princípios agroecológicos e contribuindo para uma educação voltada à sustentabilidade, ao diálogo com o território e à valorização dos saberes locais. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com o professor de Geografia, cuja atuação pedagógica tem promovido reflexões significativas sobre o cuidado com o ambiente, a consciência ecológica e o protagonismo estudantil. Os resultados evidenciam um cenário escolar comprometido com a formação de cidadãos sensíveis às questões ambientais e abertos à construção de práticas educativas inovadoras. As ações desenvolvidas, como atividades de reciclagem, debates sobre uso racional dos recursos naturais e projetos de sustentabilidade, revelam o empenho do corpo docente em integrar ciência, ética e cidadania. Mesmo que a temática da agroecologia ainda não esteja institucionalizada no Projeto Político-Pedagógico, observa-se uma crescente mobilização interna em torno do tema, impulsionada pelo interesse dos professores e pela receptividade dos estudantes. Essa disposição em dialogar com novas perspectivas de ensino constitui um ponto de força do processo educativo em curso. A experiência da escola demonstra que a agroecologia, quando incorporada às práticas pedagógicas, se transforma em potente ins-

trumento de aprendizagem e transformação social. Mais do que um conjunto de técnicas agrícolas, ela assume dimensão ética e cultural, favorecendo o despertar de uma consciência ambiental crítica e solidária. A Educação do Campo oferece base conceitual para essa abordagem, ao reconhecer a escola como espaço de produção de saberes, de fortalecimento comunitário e de valorização das identidades rurais. Nesse contexto, a escola se configura como território de encontro entre o saber científico e o conhecimento tradicional, promovendo a cooperação e o pertencimento. As ações educativas observadas revelam um movimento de transição em andamento, em que pequenas práticas cotidianas, como o cuidado com o solo, a compostagem e a reutilização de resíduos, assumem papel simbólico e pedagógico. Cada iniciativa traduz um gesto de compromisso com a sustentabilidade e evidencia que a transformação começa nos espaços mais simples, por meio de atitudes concretas e coletivas. A força da experiência está justamente em seu caráter formativo, na capacidade de inspirar mudanças graduais e na valorização das dimensões éticas e humanas da educação. Embora ainda existam desafios relacionados à ampliação de políticas institucionais e ao fortalecimento da formação docente continuada, o estudo aponta que o caminho da educação agroecológica está em plena construção. A escola, ao reconhecer-se como agente de transformação, passa a assumir papel essencial na formação de novas mentalidades e práticas sociais. Ao integrar a agroecologia ao currículo, cria condições para que os estudantes se percebam como protagonistas da preservação ambiental e da construção de um futuro mais equilibrado. Em síntese, a experiência da Escola José Luchese revela que a transição agroecológica é possível quando a educação se alinha ao cuidado e à responsabilidade com a vida. As práticas observadas refletem sensibilidade pedagógica, engajamento comunitário e compromisso com a sustentabilidade. Educar para a agroecologia, nesse sentido, é educar para o respeito, a solidariedade e o bem comum, valores que, uma vez cultivados no cotidiano escolar, florescem como sementes de um futuro mais justo e sustentável para todos.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do Campo; Sustentabilidade; Educação Ambiental; Transição Ecológica.

CAPÍTULO 24

RAÍZES QUE EDUCAM: A FORÇA DA AGROECOLOGIA E DA SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS DE CASCA E SERAFINA CORRÊA (RS)

Catiane Variani
Carlos Pereira Neves
Gisele Lazzari
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-0

O presente relato tem como objetivo compreender de que forma a agroecologia e a educação ambiental vêm sendo incorporadas às práticas pedagógicas e aos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas públicas de educação básica dos municípios de Casca e Serafina Corrêa (RS), destacando as ações que fortalecem o compromisso com a sustentabilidade, o pertencimento comunitário e a formação cidadã. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem exploratória, baseou-se na observação de práticas escolares e no diálogo com professores, coordenadores e alunos, buscando identificar experiências que aproximam o ensino das realidades locais e promovem o aprendizado significativo. As escolas analisadas revelam um compromisso crescente com a sustentabilidade e o cuidado com o meio ambiente, evidenciado por práticas que unem conhecimento, ética e ação comunitária. Entre os exemplos mais expressivos está o trabalho desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental Ildo Meneghetti, no município de Casca, que se consolidou como referência regional em projetos voltados à preservação ambiental e à educação cidadã. Através de iniciativas como o Papa-Pilhas, De Olho no Óleo, Tampeco e a Gincana Ecológica, a escola tem mobilizado estudantes, professores e famílias em torno de causas ambientais concretas, transformando o espaço escolar em um verdadeiro laboratório de cidadania ecológica. Tais ações, articuladas às disciplinas de Geografia, Matemática e Projeto de Vida, permitem que os

alunos compreendam a importância do reaproveitamento de materiais e da redução do impacto ambiental, desenvolvendo consciência crítica e senso de responsabilidade coletiva. A prática do projeto “De Olho no Óleo”, por exemplo, contribuiu para o descarte correto e o reaproveitamento do óleo de cozinha, envolvendo toda a comunidade em ações educativas e solidárias. Já o projeto “Papa-Pilhas” estimulou o recolhimento de pilhas e baterias, promovendo campanhas de sensibilização sobre o descarte de resíduos tóxicos e sua relação com a saúde ambiental. Essas experiências demonstram que a escola pública, quando comprometida com princípios agroecológicos, pode atuar como protagonista da transformação social, inspirando mudanças de comportamento e fortalecendo o vínculo entre educação e território. A dimensão prática dessas iniciativas é complementada pela abordagem pedagógica da cartografia, utilizada como ferramenta interdisciplinar para o reconhecimento do espaço vivido e a compreensão das dinâmicas ambientais locais. Através da elaboração de mapas, croquis e maquetes, os alunos passaram a observar criticamente o território, identificando áreas de preservação, cursos d’água e locais de descarte inadequado, o que favoreceu uma leitura mais consciente da realidade e estimulou o senso de pertencimento. Esse trabalho contribuiu também para que a escola se tornasse um espaço de integração entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais das comunidades rurais, aproximando as práticas educativas do cotidiano das famílias. A inserção da agroecologia nas escolas analisadas se manifesta tanto nas ações concretas de preservação ambiental quanto nas metodologias adotadas pelos professores, que vêm explorando a interdisciplinaridade e o protagonismo estudantil como estratégias de aprendizagem. Embora o termo “agroecologia” ainda não esteja formalmente presente nos documentos curriculares, as práticas desenvolvidas evidenciam que seus princípios já orientam o fazer pedagógico e inspiram o desenvolvimento de projetos transformadores. A formação continuada dos professores, promovida pela rede municipal e estadual, tem favorecido a reflexão sobre o papel da escola na construção de uma consciência ecológica e sustentável, incentivando o uso de metodologias ativas e contextualizadas. As famílias, por sua vez, participam ativamente das ativi-

dades escolares, contribuindo com materiais recicláveis, hortas comunitárias e trocas de saberes sobre cultivo e alimentação saudável, o que reforça o caráter comunitário da aprendizagem e amplia o alcance social das ações. As experiências relatadas demonstram que a educação ambiental, quando articulada à agroecologia, ultrapassa o âmbito curricular e transforma-se em uma prática de vida, fortalecendo a autonomia dos sujeitos e o compromisso coletivo com o bem comum. Mesmo diante de desafios como a carência de recursos e a necessidade de maior integração institucional, as escolas de Casca e Serafina Corrêa vêm se destacando pela capacidade de inovar, criar e resistir, reafirmando o papel da escola pública como território de esperança e transformação. Os resultados observados indicam que a aprendizagem, quando enraizada na realidade local e orientada pelo respeito à natureza, produz impactos duradouros na formação ética e social dos estudantes. A agroecologia, nesse contexto, consolida-se como um eixo de diálogo entre o campo, a ciência e a cultura, estimulando práticas educativas que unem solidariedade, sustentabilidade e cidadania. Em síntese, as experiências de Casca e Serafina Corrêa demonstram que educar a partir da terra e para a vida é o caminho mais fecundo para cultivar um futuro mais justo, equilibrado e humano, onde cada gesto de cuidado se transforma em semente de transformação social.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Educação do Campo; Práticas Pedagógicas; Casca; Serafina Corrêa.

CAPÍTULO 25

APRENDIZAGEM E SUSTENTABILIDADE: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS AGROECOLÓGICAS NA ESCOLA MURIALDO, EM GRAVATAÍ (RS)

Andrieli Sodré de Souza
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-P

O presente relato tem como objetivo analisar como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar Murialdo, localizada no município de Gravataí, no estado do Rio Grande do Sul, vem incorporando práticas pedagógicas voltadas à agroecologia e à sustentabilidade em suas atividades curriculares, especialmente nas aulas de Geografia e na disciplina técnica de Agricultura. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter observacional, foi desenvolvida por meio de visitas à escola, observação das aulas e entrevistas com professores e estudantes, buscando compreender como os conteúdos agroecológicos são integrados ao processo de ensino e aprendizagem e de que forma contribuem para a formação de sujeitos críticos, conscientes e socialmente comprometidos. A Escola Murialdo se destaca como um espaço educativo que alia o ensino formal ao aprendizado experiencial, valorizando o contato direto com a natureza e o trabalho coletivo como práticas formadoras. A instituição dispõe de uma horta escolar ativa, utilizada como ambiente pedagógico para o desenvolvimento de aulas práticas, oficinas de cultivo e atividades de compostagem, configurando-se como um importante instrumento de aprendizagem sobre ecossistemas, sustentabilidade e soberania alimentar. O estudo revelou que, mesmo inserida em um contexto urbano, a escola tem conseguido promover experiências agroecológicas significativas, aproximando os alunos da realidade do campo e estimulando uma relação mais consciente com o ambiente. As aulas de Geografia observadas abordaram temas como biomas brasileiros, manejo do solo e ciclos naturais, articulando teoria e prática de modo criativo e interdisciplinar. A com-

posteira instalada no pátio da escola, fruto de um projeto coletivo de alunos e professores, é um dos principais recursos pedagógicos utilizados, permitindo a transformação dos resíduos orgânicos em adubo para o cultivo de hortaliças e frutas. Essa experiência prática desperta nos estudantes a compreensão sobre a importância do reaproveitamento e do equilíbrio ecológico, consolidando o vínculo entre conhecimento científico e saber ambiental cotidiano. Além disso, a alimentação escolar, em parte proveniente da horta, tem contribuído para fortalecer hábitos alimentares saudáveis e o reconhecimento do valor do alimento produzido de forma sustentável. A observação do processo pedagógico evidenciou também o comprometimento dos educadores, que atuam com sensibilidade e criatividade na articulação entre conteúdos curriculares e temas ambientais, favorecendo uma aprendizagem significativa e crítica. As aulas ao ar livre, as visitas às áreas de cultivo e o uso de metodologias participativas promovem o protagonismo estudantil, o trabalho em equipe e o desenvolvimento de competências socioemocionais como empatia, solidariedade e cooperação. Apesar dos desafios enfrentados — como a limitação de recursos e a necessidade de maior formação específica em Educação do Campo —, os resultados alcançados revelam um esforço coletivo exemplar. O trabalho interdisciplinar entre Geografia e Agricultura consolida um modelo educacional integrador, no qual o território e a experiência concreta se tornam pontos de partida para o conhecimento. O envolvimento das famílias e da comunidade é outro aspecto marcante, pois pais e responsáveis participam de atividades de plantio, feiras e eventos ambientais, reforçando o sentimento de pertencimento e a valorização da escola como espaço comunitário. As ações desenvolvidas demonstram que a agroecologia, mais do que um conteúdo, tem se tornado uma prática educativa que inspira responsabilidade e cidadania. A escola se consolida, assim, como um território de vivências ecológicas e de aprendizagem transformadora, onde o ato de plantar, cuidar e colher adquire valor pedagógico e simbólico. Mesmo diante de restrições materiais, a equipe docente tem mostrado que a educação ambiental pode florescer com criatividade e afeto, revelando o potencial da escola pública em promover práticas que unem ética, ciência e sensibilidade.

Em síntese, a experiência da Escola Murialdo reafirma que educar com base na agroecologia é semear valores de respeito, cuidado e cooperação, cultivando nos estudantes a consciência de que o futuro sustentável nasce das pequenas ações do presente. Gravataí, com sua diversidade cultural e ambiental, oferece o cenário fértil para que essa experiência educativa se desenvolva e inspire novas práticas de ensino. A trajetória da escola demonstra que a interculturalidade e a sustentabilidade não são apenas conceitos teóricos, mas modos de viver e educar que transformam o cotidiano e aproximam o aprendizado da vida. A cada colheita da horta, a cada aula vivida ao ar livre, reafirma-se a convicção de que a educação do campo e da cidade podem dialogar e produzir novos sentidos de pertencimento, esperança e humanidade. Assim, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Cívico-Militar Murialdo consolida-se como exemplo de que o conhecimento, quando cultivado com raízes no território e guiado pela ética do cuidado, floresce em cidadania e compromisso com o planeta.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Educação do Campo; Práticas Pedagógicas; Gravataí.

CAPÍTULO 26

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO BÁSICA: CAMINHOS PARA UMA FORMAÇÃO SUSTENTÁVEL E TRANSFORMADORA

Renée Cajuste
Sirlei Magali Roglin
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-Q

O presente estudo tem como objetivo compreender de que forma a agroecologia vem sendo incorporada nas práticas pedagógicas da Educação Básica em Horizontina –RS e de que maneira essas experiências contribuem para a transição em direção a sistemas produtivos mais sustentáveis, éticos e humanizadores. Em um contexto de profundas transformações ambientais, econômicas e sociais, torna-se urgente repensar o papel da escola como espaço de formação crítica e de construção de uma consciência ecológica coletiva. A pesquisa, de natureza qualitativa e abordagem exploratória, foi realizada a partir da análise de experiências escolares e projetos desenvolvidos em instituições públicas de ensino, associando observações, leitura documental e reflexões teóricas. A agroecologia, concebida como prática interdisciplinar e princípio educativo, tem se mostrado um caminho promissor para fortalecer a relação entre escola, comunidade e território, promovendo aprendizagens significativas e o exercício da cidadania ambiental. As experiências observadas demonstram que, mesmo diante de limitações estruturais e de recursos, as escolas têm encontrado formas criativas e participativas de incluir a temática agroecológica no currículo, seja por meio de hortas escolares, oficinas de compostagem, projetos de reciclagem, produção de mudas ou estudos do meio. Tais ações têm favorecido o envolvimento dos estudantes, estimulando a cooperação, o senso de responsabilidade e o vínculo afetivo com o ambiente. Ao valorizar o saber local e os conhecimentos tradicionais das famílias agricultoras, a escola passa a se constituir como espaço de diálogo entre ciência e cultura, integrando o ensino formal às práticas

de vida e trabalho das comunidades. Nas escolas rurais, especialmente, essas práticas adquirem dimensão ainda mais significativa, pois contribuem para a afirmação da identidade camponesa e para o fortalecimento dos laços territoriais. As atividades desenvolvidas, quando articuladas às disciplinas de Ciências, Geografia e Língua Portuguesa, têm estimulado a pesquisa, a observação e a experimentação, permitindo que os alunos compreendam os ciclos naturais e reconheçam a importância da preservação ambiental como parte de sua própria existência. A horta escolar, a coleta seletiva e o uso pedagógico da composteira têm se consolidado como instrumentos educativos de grande impacto, transformando o aprendizado em experiência vivida. A observação direta das práticas possibilitou perceber o entusiasmo e o engajamento dos estudantes em cada etapa — do preparo do solo ao plantio, da colheita ao consumo coletivo dos alimentos. Esses momentos favorecem o desenvolvimento da autonomia, do trabalho em equipe e do respeito mútuo, reforçando a noção de que a sustentabilidade não é apenas um conceito, mas um modo de ser e agir no mundo. A formação docente, embora ainda precise de maior apoio institucional, tem se revelado fundamental nesse processo: professores comprometidos com a temática ambiental buscam constantemente novos conhecimentos, metodologias e parcerias, o que amplia o alcance das ações e inspira outras escolas a seguirem o mesmo caminho. As experiências analisadas também evidenciam o papel transformador da agroecologia na construção de valores éticos e solidários, que se refletem nas relações entre alunos, professores e comunidade. A educação agroecológica, ao promover a integração entre teoria e prática, desperta o olhar crítico e estimula o protagonismo estudantil, aproximando a escola das questões sociais e ambientais do território. O envolvimento das famílias, que participam de feiras, mutirões e projetos de plantio, reforça o sentido coletivo e comunitário da aprendizagem. As práticas desenvolvidas demonstram que é possível transformar o ambiente escolar em um espaço vivo de partilha e cooperação, onde o conhecimento é cultivado como uma semente que germina em atitudes concretas de respeito à natureza e ao próximo. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, como a falta de recursos financeiros e a escassez de

materiais didáticos específicos, as iniciativas agroecológicas mostram que a mudança é possível quando há comprometimento, criatividade e trabalho colaborativo. A articulação entre agroecologia e educação do campo tem permitido o surgimento de novas perspectivas pedagógicas, pautadas na sustentabilidade, na solidariedade e na valorização dos saberes locais. A experiência relatada reafirma que a educação ambiental, quando vivenciada de forma prática, dialógica e interdisciplinar, tem o poder de formar sujeitos autônomos, críticos e sensíveis às necessidades do planeta. Em síntese, a agroecologia na Educação Básica não se limita a um tema transversal, mas se consolida como um eixo estruturante de uma pedagogia da vida, que ensina a plantar com as mãos, aprender com o coração e transformar com a consciência. O percurso das escolas analisadas revela que a sustentabilidade começa na sala de aula, floresce na comunidade e se estende ao mundo, reafirmando o papel da educação pública como instrumento de transformação e esperança.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Educação do Campo; Práticas Pedagógicas;

CAPÍTULO 27

HORTA, ESCOLA E COMUNIDADE: A AGROECOLOGIA COMO CAMINHO DE EDUCAÇÃO E PERTENCIMENTO EM SANTA ROSA (RS)

Rosângela Marisa de Bastos
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-R

O presente relato tem como objetivo compreender de que forma a agroecologia vem sendo inserida nas práticas pedagógicas do Ensino Fundamental e quais são suas contribuições para a construção de uma educação ambiental crítica, sustentável e humanizadora. A pesquisa foi desenvolvida na Escola Estadual de Ensino Fundamental Pedro de Oliveira Flores, localizada em Santa Rosa (RS), e baseou-se em uma abordagem qualitativa e descritiva, com entrevistas e análise documental de planos de ensino e do Projeto Político-Pedagógico (PPP). O estudo buscou identificar percepções, práticas e desafios relacionados à inserção da agroecologia no currículo escolar, destacando o potencial formativo dessa abordagem para o desenvolvimento de uma consciência ecológica e cidadã entre professores e alunos. A escola, situada em área urbana, atende cerca de 170 estudantes distribuídos entre o 6º e o 9º ano, e apresenta um ambiente educacional acolhedor e comprometido com valores éticos, democráticos e comunitários. A observação e as entrevistas revelaram que, embora a agroecologia ainda não esteja formalmente incorporada ao PPP, ela tem sido trabalhada de forma transversal em disciplinas como Geografia e Ciências, especialmente por meio de projetos de horta escolar e de estudos sobre o uso sustentável dos recursos naturais. Essas práticas têm estimulado a curiosidade dos estudantes e despertado o interesse por temas ligados ao meio ambiente, à alimentação saudável e à sustentabilidade. A horta escolar, construída de modo coletivo, é o espaço de maior destaque nas ações pedagógicas, permitindo que os alunos experimentem, na prática,

os processos de plantio, cultivo e colheita de alimentos. Essa vivência proporciona o aprendizado sobre os ciclos naturais, o manejo ecológico do solo e o papel da cooperação no trabalho agrícola, transformando o cotidiano escolar em um laboratório vivo de aprendizagem socioambiental. A pesquisa evidenciou ainda o compromisso dos professores com uma educação humanizadora, pautada no diálogo e no protagonismo dos alunos. As metodologias utilizadas, como debates, oficinas, exibição de vídeos e trabalhos de campo, favorecem a integração entre teoria e prática, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento científico e a realidade local. Os resultados indicam que a agroecologia contribui não apenas para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e práticas, mas também para a formação de atitudes éticas, empáticas e solidárias. A escola demonstra avanços na construção de uma cultura ambiental participativa, em que a comunidade escolar é chamada a refletir sobre hábitos de consumo, descarte de resíduos e responsabilidade ambiental. Ainda que desafios estruturais persistam, como a limitação de recursos materiais e a necessidade de maior formação docente específica, o estudo aponta que as iniciativas agroecológicas existentes têm potencial para se expandir e se consolidar como eixo permanente do currículo. A articulação com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça essa perspectiva, uma vez que as competências gerais do documento, especialmente aquelas relacionadas à sustentabilidade, cidadania e responsabilidade social, dialogam diretamente com os princípios da agroecologia. A experiência analisada também mostra que a inserção de práticas agroecológicas desperta nos alunos o sentimento de pertencimento e o prazer de aprender, fortalecendo o vínculo com a escola e com a natureza. Além disso, as atividades desenvolvidas favorecem a interdisciplinaridade e ampliam a compreensão sobre o papel da agricultura sustentável na sociedade contemporânea. O envolvimento da comunidade nas ações escolares, mesmo que ainda pontual, tem se mostrado uma estratégia promissora para consolidar a agroecologia como prática social e educativa. A participação dos estudantes na horta, o consumo dos alimentos produzidos na merenda e as reflexões sobre o impacto ambiental das ações humanas cons-

tituem experiências que transcendem o currículo e formam cidadãos mais conscientes. A escola demonstra que é possível aprender com o fazer, cultivar valores éticos e construir conhecimentos de maneira colaborativa, aproximando a educação da vida e do território. Em síntese, a experiência da Escola Pedro de Oliveira Flores revela que a agroecologia, quando inserida na Educação Básica, torna-se um instrumento poderoso de transformação cultural e pedagógica. Ao unir teoria, prática e sensibilidade, a escola reafirma que a sustentabilidade se aprende com as mãos na terra e com o olhar voltado ao futuro. Assim, a educação agroecológica mostra-se não apenas como uma proposta curricular, mas como um caminho para o florescimento de uma nova consciência ambiental, capaz de inspirar gerações e fortalecer a esperança em um mundo mais justo, equilibrado e solidário.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Educação do Campo; Ensino Fundamental; Santa Rosa.

CAPÍTULO 28

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE NO ENSINO BÁSICO DE TRÊS DE MAIO (RS)

Daiane Soares Valdameri
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-S

O presente relato tem como propósito analisar como a agroecologia vem sendo abordada no ensino de Geografia no Ensino Fundamental, destacando suas potencialidades formativas e sua contribuição para a construção de práticas pedagógicas mais críticas, sustentáveis e integradoras. O estudo foi desenvolvido no Colégio Dom Hermeto, localizado no município de Três de Maio (RS), e teve como base uma entrevista semiestruturada com uma professora de Geografia. O trabalho buscou compreender de que modo a temática da agroecologia é inserida nas práticas de sala de aula, nos projetos escolares e nos documentos institucionais, especialmente o Projeto Político-Pedagógico (PPP), e de que maneira tais iniciativas contribuem para a transição rumo a agriculturas alternativas de base ecológica. A investigação evidenciou que, mesmo em um contexto urbano, a escola tem conseguido promover experiências educativas que dialogam com os princípios da sustentabilidade, da ética ambiental e da valorização do conhecimento local. A professora entrevistada revelou grande sensibilidade para o tema e um entendimento abrangente da agroecologia como prática pedagógica voltada à sustentabilidade, destacando-a como componente essencial da formação ética e científica dos alunos. O trabalho da escola tem se consolidado por meio de metodologias ativas, com destaque para o uso de projetos interdisciplinares e atividades maker, que estimulam o envolvimento dos estudantes em experiências concretas. Entre as ações, destacam-se feiras de produção do conhecimento, documentários produzidos pelos alunos e iniciativas de horta vertical com plantas medicinais e hortaliças, utilizando materiais recicláveis. Essas práticas, ainda que simples,

têm promovido o aprendizado colaborativo e reflexivo, reforçando o vínculo entre ciência, natureza e sociedade. O estudo constatou que a integração da agroecologia nas aulas de Geografia estimula a curiosidade e o pensamento crítico dos estudantes, contribuindo para que compreendam as relações entre sistemas produtivos, meio ambiente e modos de vida. Além disso, as atividades favorecem a interdisciplinaridade, aproximando a Geografia das Ciências Naturais, da Matemática e das Artes, e possibilitando que os alunos percebam o caráter coletivo e transformador do conhecimento. Os resultados apontam que a abordagem agroecológica, ainda que embrionária, tem gerado impactos positivos na escola, tornando os estudantes mais conscientes sobre temas como crise climática, produção de alimentos, descarte de resíduos e preservação dos ecossistemas. As práticas observadas revelam um processo de transição pedagógica no qual a sustentabilidade deixa de ser apenas um conteúdo e passa a constituir um princípio orientador das ações escolares. O envolvimento da professora e o interesse crescente dos alunos indicam um caminho promissor para a consolidação da agroecologia como eixo transversal do currículo. O diálogo com a Base Nacional Comum Curricular reforça essa direção, especialmente nas competências que tratam da responsabilidade social e ambiental, do pensamento científico e da cultura digital, permitindo que os conteúdos de Geografia sejam reinterpretados sob uma perspectiva ecológica e interdisciplinar. Apesar dos desafios relatados, como a limitação de espaço físico e a ausência de projetos comunitários sistematizados, a experiência da escola demonstra que a agroecologia pode florescer em qualquer contexto educativo quando há comprometimento pedagógico e sensibilidade ambiental. O ambiente escolar, mesmo urbano, tem sido ressignificado como espaço de experimentação e diálogo, onde se aprende a observar o território, refletir sobre o consumo e reconhecer o papel de cada sujeito na preservação da vida. A horta vertical e os trabalhos apresentados em feiras científicas revelam o engajamento dos estudantes e o potencial da escola em transformar pequenos gestos em práticas educativas de grande impacto simbólico e formativo. A reflexão da docente entrevistada evidencia a importância de compreender a agroecologia não apenas como um conteúdo da Geografia, mas

como uma proposta de vida que une ética, ciência e solidariedade. Sua prática inspira o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica, capaz de romper com modelos produtivistas e promover novas formas de relação com a natureza. A pesquisa também ressalta que o fortalecimento da agroecologia nas escolas requer investimento em formação continuada de professores, ampliação de parcerias com a comunidade e incentivo institucional à sustentabilidade como política pública educacional. Em síntese, a experiência do Colégio demonstra que a educação ambiental e a agroecologia, quando trabalhadas de forma interdisciplinar e participativa, contribuem para formar sujeitos críticos, solidários e comprometidos com o bem comum. A escola ao integrar valores de cuidado, pertencimento e respeito ao meio ambiente em sua prática pedagógica, reafirma que o ensino de Geografia pode ser um poderoso instrumento de transformação social. Assim, o relato revela que a transição agroecológica não ocorre apenas nos campos de cultivo, mas também nas salas de aula, onde se cultivam as sementes de uma nova consciência ambiental, social e humana.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Geografia Escolar; Sustentabilidade; Ensino Fundamental;

CAPÍTULO 29

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL DOM PEDRO II, CANGUÇU/RS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Cristiane Conrad de Souza

James Barbosa Pureza

Kelin Vitória Cavalheiro Fonseca

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-T

O presente relato resulta de um estudo de caso realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro II, situada no município de Canguçu, Rio Grande do Sul, com o propósito de compreender como a agroecologia e a educação ambiental são trabalhadas nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente na disciplina de Geografia. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo, foi conduzida por meio de entrevista semiestruturada com uma professora da área, abordando aspectos relativos ao currículo, às práticas pedagógicas e às possibilidades de inserção da temática no cotidiano escolar. Observou-se que o termo “agroecologia” não está explicitamente presente no Projeto Político-Pedagógico (PPP) nem nos planos de ensino, aparecendo de forma indireta em conteúdos ligados à sustentabilidade, preservação ambiental e ao estudo dos territórios. Apesar da ausência formal, o tema é ocasionalmente explorado por iniciativa docente, o que revela abertura para a integração transversal entre Geografia, Ciências e Educação Ambiental. A escola conta com uma pequena horta de aproximadamente 100 m², utilizada para o cultivo de hortaliças destinadas à merenda escolar. Esse espaço constitui uma importante oportunidade pedagógica, permitindo que os estudantes compreendam na prática temas como solo, água, biodiversidade, alimentação saudável e sustentabilidade. No entanto, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de materiais e a ausência de formação continuada na

área agroecológica são apontadas como limitações significativas para a ampliação das práticas. Por estar localizada em área urbana, a escola enfrenta ainda restrições de espaço e dificuldade para desenvolver atividades externas regulares. Apesar disso, a pesquisa identificou possibilidades concretas de fortalecimento da temática agroecológica no ambiente escolar, entre elas a realização de parcerias com instituições locais, como a EFASUL e o CETAC/EMATER, que dispõem de áreas agrícolas e experiência técnica para apoiar ações educativas. Tais parcerias poderiam viabilizar oficinas, visitas técnicas e projetos de campo, articulando os conteúdos curriculares à realidade do território. Além disso, recomenda-se a inclusão da agroecologia como eixo transversal no PPP e a elaboração de sequências didáticas voltadas à educação ambiental, conforme as competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que incentivam a responsabilidade socioambiental, o pensamento científico e o protagonismo estudantil. A institucionalização dessas práticas contribuiria para aproximar o conhecimento científico do cotidiano dos estudantes, valorizando os saberes locais e estimulando atitudes sustentáveis. Em síntese, a pesquisa evidencia que a integração entre agroecologia e educação ambiental, mesmo diante de limitações estruturais, é possível e necessária para o fortalecimento da consciência ecológica e da cidadania ativa. Com apoio institucional, formação docente e ações colaborativas entre escola e comunidade, a experiência da EMEF Dom Pedro II demonstra o potencial transformador da educação do campo e urbana comprometida com a sustentabilidade e com o bem viver.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação ambiental; Geografia escolar; Sustentabilidade; Práticas pedagógicas.

CAPÍTULO 30

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM SÃO GABRIEL (RS)

Carmen Silvia Rodrigues Moraes

Fernanda Xavier Vieira

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-U

O presente estudo buscou compreender como o ensino de agroecologia vem sendo percebido e trabalhado em uma escola do campo no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, destacando práticas, percepções e possibilidades pedagógicas que contribuem para a formação de estudantes mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. A pesquisa, de caráter qualitativo e descritivo, teve como base um estudo de caso com um professor da disciplina de Geografia, que relatou experiências significativas na relação entre os conteúdos curriculares e a vivência prática na horta escolar. O trabalho evidenciou que, embora a agroecologia ainda não esteja formalmente inserida no Projeto Político-Pedagógico da escola, ela já é abordada em diversas atividades educativas, especialmente nas aulas de campo e nas ações de cuidado com o solo, a água e as plantas. A existência de uma horta escolar ativa foi apontada como um dos maiores potenciais da instituição, pois permite integrar teoria e prática, desenvolver valores ambientais e promover o trabalho coletivo entre estudantes e professores. Essa vivência favorece o aprendizado significativo, desperta o interesse dos alunos e estimula o protagonismo juvenil em relação à preservação ambiental e ao uso consciente dos recursos naturais. O professor destacou ainda o envolvimento crescente da comunidade escolar nas atividades, demonstrando sensibilidade e curiosidade dos estudantes em aprender sobre o cultivo de alimentos saudáveis e sobre a importância da produção sem agrotóxicos. Entre os aspectos positivos observados, destacam-se o compromis-

timento do educador com a formação integral dos alunos, a valorização do trabalho com a terra e o fortalecimento da identidade camponesa, mesmo em um contexto de escola pública que enfrenta limitações estruturais. As atividades agroecológicas desenvolvidas, mesmo que de forma simples, representam um importante avanço no sentido de articular saberes locais, práticas sustentáveis e conteúdos curriculares, tornando a aprendizagem mais concreta e prazerosa. O estudo também apontou que a inserção de temas ambientais contribui para o desenvolvimento de atitudes éticas, solidárias e responsáveis, reforçando o papel da escola como espaço de formação cidadã. Ainda que a falta de materiais específicos e de formação continuada seja um desafio, as práticas já existentes mostram que a agroecologia é uma poderosa ferramenta educativa e pode se consolidar como eixo transversal do currículo. A experiência relatada demonstra que, quando há sensibilidade pedagógica e envolvimento coletivo, é possível transformar o cotidiano escolar em um ambiente fértil de aprendizagem, consciência ambiental e valorização da vida no campo. Assim, o ensino de agroecologia nas escolas representa não apenas uma estratégia de ensino, mas um caminho para cultivar esperança, respeito à natureza e compromisso com o futuro das novas gerações.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do Campo; Sustentabilidade; Horta escolar; Formação cidadã.

CAPÍTULO 31

AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS EM SÃO GABRIEL (RS)

Ana Paula da Silva Lima
Arthur Phillyp de Lima Brito
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-V

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a inserção da agroecologia na educação básica, destacando a importância dessa temática para a formação de estudantes conscientes, críticos e comprometidos com o meio ambiente. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas públicas do município de São Gabriel (RS) e teve como objetivo compreender como o ensino de agroecologia é abordado nas práticas pedagógicas e nos projetos escolares, bem como identificar as experiências positivas que fortalecem a educação ambiental e a sustentabilidade no espaço escolar. As entrevistas realizadas com professores de Geografia revelaram realidades distintas, mas igualmente significativas. Em uma das escolas, a presença da agroecologia é marcante, com o componente curricular “Horta Escolar” inserido no Projeto Político-Pedagógico e articulado com o trabalho educativo do 1º ao 9º ano. Essa iniciativa representa um exemplo inspirador de ensino integrado à vida, promovendo o contato direto com a natureza, o trabalho coletivo e o desenvolvimento de valores de cuidado, solidariedade e responsabilidade ambiental. As turmas realizam atividades práticas quase diariamente, cultivando hortaliças e compreendendo, na prática, princípios de sustentabilidade e produção saudável de alimentos, o que desperta o interesse dos alunos e fortalece o vínculo com o território. Essa vivência estimula o respeito pela terra e valoriza o trabalho agrícola, transformando o espaço escolar em um verdadeiro laboratório de aprendizagens. Apesar de algumas escolas ainda não incluírem a agroecologia em seus currículos, percebe-se entre os educadores e gestores o reconhecimento crescente de sua relevância como

ferramenta pedagógica e formativa, capaz de integrar ciência, cultura e cidadania. O estudo demonstra que a agroecologia vai muito além do cultivo, sendo uma forma de educar para a vida, incentivando a observação, a experimentação e o protagonismo estudantil diante dos desafios ambientais e sociais. Entre os aspectos positivos observados destacam-se o envolvimento das comunidades escolares, o entusiasmo dos estudantes e o compromisso dos professores em desenvolver metodologias ativas e contextualizadas, mesmo diante das limitações existentes. As experiências relatadas mostram que, quando há sensibilidade pedagógica e apoio institucional, é possível integrar a agroecologia ao cotidiano escolar de maneira criativa e prazerosa, fortalecendo os laços entre escola, família e comunidade. A experiência em São Gabriel evidencia que a agroecologia constitui um caminho promissor para a construção de uma educação mais humana, sustentável e participativa, articulando o currículo com a vida e formando sujeitos conscientes, críticos e comprometidos com o cuidado e o futuro do planeta.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação Ambiental; Sustentabilidade; Horta Escolar; Formação Cidadã.

CAPÍTULO 32

AGROECOLOGIA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM SÃO GABRIEL (RS)

Ana Paula de Souza Vivian
Dinarte Teixeira Júnior
Dirlene Isabel P. de Oliveira
Juliana dos Santos Lima
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-X

O presente trabalho resulta de um estudo desenvolvido no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, e tem como propósito compreender como a agroecologia vem sendo abordada nas escolas de educação básica. A pesquisa foi realizada com base em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, e utilizou como instrumento de coleta de dados uma entrevista estruturada com uma professora da rede pública municipal, que atua na disciplina de Geografia junto aos anos finais do ensino fundamental. A docente, com sólida formação em Geografia e Engenharia Florestal, demonstrou um profundo entendimento sobre a importância da agroecologia como ciência e prática social que busca conciliar produção de alimentos, preservação ambiental e respeito às diversas formas de vida. Em sua visão, o ensino de agroecologia deve começar na escola, como um processo educativo que estimula a consciência ecológica, o pensamento crítico, o trabalho coletivo e o cuidado com o meio ambiente, formando cidadãos capazes de atuar de maneira ética e sustentável em suas comunidades. Apesar de a temática ainda não estar formalmente incluída no Projeto Político-Pedagógico e nos planos de ensino das escolas do município, a professora relatou que a agroecologia tem sido abordada em discussões e atividades relacionadas à preservação dos recursos naturais, ao uso responsável do solo e da água e à análise dos impactos ambientais. Essas ações, embora pontuais, têm contribuído para despertar o interesse dos estudantes e fomentar o diálogo sobre práticas sustentáveis no cotidiano escolar. Entre as propostas apresentadas

pela docente, destacam-se a criação de hortas escolares como espaços de aprendizagem interdisciplinar, o desenvolvimento de oficinas e feiras ambientais, a organização de visitas técnicas a propriedades agroecológicas e o incentivo à participação dos alunos em projetos coletivos voltados à sustentabilidade. A entrevistada ressaltou que, mesmo com limitações de infraestrutura e recursos, as escolas possuem potencial humano e criativo para transformar ideias em ações concretas, desde que haja incentivo, formação continuada e apoio institucional. A professora reconhece que o contato direto dos estudantes com a terra, as plantas e os processos de cultivo é uma experiência educativa transformadora, pois estimula o senso de pertencimento, o respeito à natureza e a valorização da agricultura familiar e camponesa. Esse aprendizado sensível, que une teoria e prática, amplia a compreensão dos alunos sobre os ecossistemas e desperta valores de solidariedade e responsabilidade ambiental. A pesquisa também destacou o papel fundamental da interdisciplinaridade nas práticas agroecológicas, uma vez que o tema permite integrar diversas áreas do conhecimento, como Geografia, Ciências, Matemática, Artes e Língua Portuguesa. Trabalhar com hortas, projetos ambientais e atividades de campo possibilita que os estudantes desenvolvam habilidades cognitivas, sociais e emocionais, compreendendo o ambiente como um espaço de vida e de relações. As práticas agroecológicas favorecem o trabalho em grupo, o planejamento compartilhado e a tomada de decisões coletivas, fortalecendo o espírito de cooperação e a autonomia dos participantes. Além disso, o envolvimento das famílias e da comunidade amplia o alcance das ações educativas, transformando o espaço escolar em um núcleo de articulação social e ambiental. A experiência evidencia que, quando há vontade pedagógica e compromisso ético, é possível inovar e integrar a agroecologia ao currículo, mesmo sem grandes recursos materiais. A professora acredita que as escolas podem desempenhar um papel estratégico na disseminação dos princípios agroecológicos, principalmente em municípios com forte presença da agricultura, como é o caso de São Gabriel. Ao abordar a agroecologia de forma transversal, os educadores criam condições para que os estudantes compreendam a interdependência entre os seres humanos e o ambiente, percebam as con-

sequências das ações antrópicas e busquem soluções para os desafios socioambientais contemporâneos. Ainda que a Base Nacional Comum Curricular não mencione explicitamente a agroecologia, ela oferece diversas possibilidades de abordagem por meio das competências relacionadas à sustentabilidade, à cultura digital, à responsabilidade social e à empatia, o que reforça a importância de incluir o tema de forma planejada e sistemática nas práticas escolares. O estudo aponta que a efetivação da agroecologia na educação básica exige a valorização dos professores, a ampliação dos espaços pedagógicos e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à educação ambiental e ao desenvolvimento rural sustentável. Ao final, a pesquisa demonstra que a agroecologia é mais do que um conteúdo: é uma prática educativa transformadora que articula conhecimento, sensibilidade e pertencimento, formando sujeitos conscientes de seu papel na preservação da vida e do planeta. A experiência mostra que, quando a escola assume a agroecologia como princípio educativo, ela se torna um espaço de esperança e de semeadura de futuros possíveis.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do Campo; Sustentabilidade; Formação Docente; Educação Ambiental.

CAPÍTULO 33

A INSERÇÃO DA AGROECOLOGIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Cecília Parodes de Ávila
Maria Eugênia Parodes de Ávila
Doi: 10.48209/978-65-5417-571-Z

O presente trabalho apresenta um estudo desenvolvido na Escola Barão do Rio Branco, localizada no município de Rosário do Sul (RS), que teve como propósito compreender como a agroecologia é inserida no ensino de Geografia e quais impactos essa abordagem tem na formação dos estudantes e na prática docente. A pesquisa, de natureza qualitativa e caráter descritivo, foi realizada por meio de uma entrevista com a professora Clarice Rodrigues da Silva, profissional com sólida trajetória na educação pública e reconhecida pela dedicação à formação integral dos alunos. As reflexões aqui apresentadas mostram que a agroecologia, quando trabalhada na educação básica, vai muito além de uma técnica de cultivo ou de um conteúdo complementar; ela representa uma filosofia educativa, um modo de olhar o mundo e de compreender as relações entre sociedade e natureza. A professora entrevistada define a agroecologia como um conjunto de práticas e saberes voltados à sustentabilidade, à alimentação saudável e ao cuidado com o meio ambiente, destacando que a educação é o caminho mais efetivo para desenvolver nos jovens uma consciência crítica e responsável sobre a importância da preservação ambiental. Mesmo que o tema ainda não esteja formalmente incluído no Projeto Político-Pedagógico (PPP) nem nos planos de ensino, a docente realiza diversas ações inspiradas nos princípios agroecológicos, como o cultivo de hortas escolares, a produção de adubos orgânicos, o incentivo ao plantio de árvores nativas e o estímulo ao reaproveitamento de resíduos. Essas práticas, desenvolvidas de forma interdisciplinar, envolvem

conteúdos de Geografia, Ciências e Língua Portuguesa, e têm contribuído para despertar o interesse dos estudantes e fortalecer a ligação entre conhecimento científico, saberes populares e realidade local. As aulas práticas e as atividades ao ar livre são apontadas como experiências enriquecedoras, pois permitem que os alunos compreendam, de maneira concreta, os ciclos naturais, o equilíbrio dos ecossistemas e o papel das ações humanas na conservação ambiental. Além de promover o aprendizado cognitivo, essas vivências desenvolvem valores éticos, emocionais e sociais, incentivando a cooperação, o cuidado e o respeito pelo ambiente e pelas pessoas. A professora enfatiza que, nas turmas em que o tema é abordado, observa-se uma mudança significativa nas atitudes dos estudantes, que passam a demonstrar maior sensibilidade com as questões ambientais e a adotar pequenas ações sustentáveis em seu cotidiano, como o cuidado com o lixo, a redução do desperdício e o interesse por hortas caseiras e comunitárias. Outro aspecto relevante é o envolvimento da comunidade nas atividades, especialmente de famílias e agricultores que colaboram com sementes, mudas e relatos de experiências de cultivo, fortalecendo o diálogo entre a escola e o território e promovendo a valorização dos saberes tradicionais da agricultura familiar. Essa integração reflete o papel social da escola como espaço de formação e transformação, capaz de unir teoria e prática, conhecimento e experiência, ciência e cultura. Mesmo diante de desafios, como a falta de materiais didáticos específicos, de infraestrutura adequada e de políticas institucionais voltadas à agroecologia, a professora demonstra que o compromisso docente e a sensibilidade pedagógica são capazes de superar limitações e gerar processos educativos significativos. Ao tratar a agroecologia como eixo integrador do ensino de Geografia, a docente estimula uma aprendizagem viva e contextualizada, que conecta o estudo do espaço geográfico à realidade concreta dos alunos, incentivando o protagonismo e o pensamento crítico. O relato evidencia ainda que a agroecologia contribui para a interdisciplinaridade e para o desenvolvimento de competências relacionadas à sustentabilidade, à responsabilidade social e à cidadania, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ao promover o trabalho coletivo e a auto-

nomia dos estudantes, essas práticas favorecem a formação de sujeitos capazes de compreender o território em que vivem, reconhecer suas potencialidades e atuar como agentes de transformação. A experiência observada em Rosário do Sul mostra que a agroecologia é, antes de tudo, uma forma de educar para a vida, estimulando a curiosidade, o cuidado, a empatia e o amor pela terra. Sua inserção nas escolas representa um avanço importante na consolidação de uma educação ambiental crítica e participativa, que valoriza o conhecimento local e reforça o compromisso da escola com o desenvolvimento sustentável. Em síntese, a prática docente analisada evidencia que a educação agroecológica é um instrumento poderoso de transformação social, pois contribui para formar cidadãos conscientes, solidários e comprometidos com o futuro do planeta. Ao unir ciência e sensibilidade, teoria e prática, escola e comunidade, a agroecologia se afirma como um caminho promissor para o fortalecimento da educação do campo e para a construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e humana.

Palavras-chave: Agroecologia; Geografia escolar; Sustentabilidade; Educação ambiental; Formação cidadã.

CAPÍTULO 34

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: DIÁLOGOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Liziany Müller

Ivanio Folmer

Luciane de Andrade Lemos

Marcelo Ramos Militz

Doi: 10.48209/978-65-5417-571-W

A educação é um dos espaços mais fecundos para o encontro entre diferentes culturas, saberes e modos de vida. No mundo contemporâneo, marcado pela globalização, pela mobilidade humana e pela pluralidade identitária, a interculturalidade emerge como um princípio ético, político e pedagógico fundamental. Refletir sobre a relação entre educação e interculturalidade implica compreender que a escola, longe de ser um espaço neutro, constitui-se como um território de encontros, tensões e negociações simbólicas. Nesse contexto, a interculturalidade propõe não apenas o reconhecimento da diversidade cultural, mas também o diálogo, o respeito e a valorização dos diferentes modos de ser e de conhecer.

O conceito de interculturalidade vai além do simples convívio entre culturas distintas; ele pressupõe a construção de relações horizontais, baseadas na reciprocidade e na coaprendizagem. Enquanto o multiculturalismo tende a enfatizar a coexistência de culturas, a interculturalidade busca a interação crítica e transformadora entre elas. Segundo Walsh (2009), a interculturalidade é uma proposta de resistência e reexistência frente às estruturas coloniais que historicamente hierarquizaram saberes, povos e epistemologias. Nessa perspectiva, educar de modo intercultural significa descolonizar o currículo e repensar as práticas pedagógicas a partir de uma ética do reconhecimento e da alteridade.

A interculturalidade se inspira em matrizes teóricas oriundas dos estudos decoloniais, da filosofia da libertação latino-americana e das pedagogias críticas. Autores como Paulo Freire (1987) são centrais nesse debate, ao defenderem uma educação dialógica, pautada na escuta, na problematização e no respeito aos saberes populares. A pedagogia freiriana aproxima-se do ideal intercultural por compreender a educação como um processo coletivo de libertação e humanização, em que todos aprendem com todos. Essa perspectiva rompe com a lógica bancária do ensino e propõe uma educação transformadora, em que o sujeito é protagonista de sua própria história.

No campo prático, a educação intercultural manifesta-se na valorização da diversidade linguística, religiosa, étnica e cultural presente nas escolas. Em sociedades plurais, como a brasileira, onde convivem povos indígenas, comunidades quilombolas, migrantes, afrodescendentes e outros grupos sociais, a interculturalidade torna-se um princípio orientador das políticas educacionais. A legislação brasileira, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), passou a reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da identidade nacional e do direito à educação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e para a Educação das Relações Étnico-Raciais são exemplos concretos de políticas interculturais. Elas afirmam o direito dos povos e comunidades a uma educação que respeite suas culturas e modos de vida, ao mesmo tempo em que favorece o diálogo entre saberes tradicionais e científicos. Isso implica repensar o currículo, os materiais didáticos e as metodologias de ensino, superando o eurocentrismo e a homogeneização cultural.

Nas escolas, a interculturalidade também se concretiza em projetos pedagógicos que valorizam as culturas locais e promovem o encontro entre diferentes universos simbólicos. As festas, as expressões artísticas, as narrativas orais e as práticas comunitárias tornam-se instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento de uma educação sensível às diferenças. O educador, nesse cenário, assume o papel de mediador cultural, articulando saberes, identidades e experiências. Como afirma Candaú (2012), a educação intercultural é um

processo permanente de aprendizagem mútua, que demanda abertura, empatia e compromisso ético com o outro.

A perspectiva intercultural ultrapassa os limites da escola e se insere no campo mais amplo da formação cidadã e da convivência democrática. Uma sociedade intercultural é aquela que reconhece a diferença como riqueza e não como obstáculo. A educação, ao incorporar esse princípio, contribui para a construção de uma cidadania plural, na qual os sujeitos se percebem como pertencentes a uma comunidade diversa e interdependente. Tal visão rompe com a lógica da assimilação cultural e promove uma pedagogia da convivência, em que o respeito às diferenças é indissociável da busca por igualdade e justiça social.

Nesse sentido, a educação intercultural assume um caráter político e emancipatório. Ela propõe um deslocamento epistemológico que valoriza os saberes invisibilizados pelas estruturas de poder coloniais. Essa descolonização do saber e do ser implica repensar o papel da escola como produtora de conhecimento e identidade. Em lugar de reproduzir estereótipos e exclusões, a escola intercultural se constitui como espaço de empoderamento e reconhecimento. Os currículos interculturais incorporam diferentes perspectivas de mundo, promovendo o diálogo entre ciência, cultura e espiritualidade.

Outro aspecto relevante é a relação entre interculturalidade e sustentabilidade. A educação intercultural aproxima-se da educação ambiental e da educação do campo, ao valorizar as práticas comunitárias e os modos de vida que respeitam a natureza. Ao reconhecer as cosmovisões indígenas e afro-brasileiras, por exemplo, a escola amplia a compreensão sobre as relações entre ser humano e ambiente, fortalecendo a responsabilidade coletiva pelo planeta.

Apesar dos avanços teóricos e legais, a efetivação de uma educação intercultural ainda enfrenta desafios significativos. A formação docente, muitas vezes centrada em modelos tradicionais e monoculturais, precisa ser repensada para preparar professores capazes de atuar em contextos diversos e dialogar com diferentes realidades culturais. Além disso, o currículo ainda é majoritariamente eurocêntrico, reproduzindo visões únicas de ciência, história e cultura.

Outro desafio é a necessidade de superar práticas discriminatórias e preconceituosas que persistem nos ambientes escolares. A interculturalidade exige políticas de inclusão e equidade que combatam o racismo, a xenofobia, o sexism e outras formas de exclusão. Isso demanda não apenas mudanças institucionais, mas também transformações nas atitudes, nas linguagens e nas relações cotidianas. A educação intercultural é, portanto, um projeto inacabado, que se constrói permanentemente na escuta e no diálogo com o outro.

Em termos de perspectivas, o fortalecimento de redes interculturais, a ampliação de políticas públicas e a incorporação de saberes locais e comunitários ao currículo representam caminhos promissores. A formação de educadores interculturais, a produção de materiais didáticos plurais e o incentivo à pesquisa sobre práticas educativas inclusivas são estratégias essenciais para consolidar uma educação realmente democrática e plural.

Educar de forma intercultural é reconhecer que o conhecimento é múltiplo, dinâmico e situado. É compreender que cada sujeito traz consigo um universo simbólico que merece ser escutado e valorizado. A interculturalidade, nesse sentido, não é apenas uma metodologia, mas uma postura ética diante do mundo. Ela convida a educação a romper fronteiras, construir pontes e promover o encontro genuíno entre as diferenças.

Em tempos de intolerância, exclusão e retrocessos sociais, a educação intercultural surge como horizonte de esperança e transformação. Mais do que ensinar conteúdos, ela ensina a conviver, a respeitar e a dialogar — fundamentos essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana e plural.

VOZES DO CAMPO:

VOLUME 3

*Histórias de Agricultores
Familiares e Educação*

Liziany Müller

Carmen Rejane Flores

Ivanio Folmer

Luciane de Andrade Lemos

Marcelo Ramos Militz

Mateus Gonçalves Silva



ARCO
EDITORES